

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO

PEDRO BORDIM FABRIS

**O CONFLITO ENTRE A CRENÇA E A RAZÃO:
MAXIMILIEN ROBESPIERRE E JACQUES HÉBERT NA
REVOLUÇÃO FRANCESA (1793 A 1794)**

BAURU – SP

2022

PEDRO BORDIM FABRIS

**O CONFLITO ENTRE A CRENÇA E A RAZÃO:
MAXIMILIEN ROBESPIERRE E JACQUES HÉBERT NA
REVOLUÇÃO FRANCESA (1793 A 1794)**

Monografia de iniciação científica do curso de História apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação do Centro Universitário do Sagrado Coração, sob orientação do Prof.^a Dr. Roger Marcelo Martins Gomes.

BAURU – SP

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F128c	<p>Fabris, Pedro Bordim</p> <p>O conflito entre a Crença e a Razão: Maximilien Robespierre e Jacques Hébert na Revolução Francesa (1793 a 1794) / Pedro Bordim Fabris. -- 2022. 55f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Roger Marcelo Martins Gomes</p> <p>Monografia (Especialização em História) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Crença e Razão. 2. Conflitos. 3. Maximilien Robespierre. 4. Jacques Hébert. I. Gomes, Roger Marcelo Martins. II. Título.</p>
-------	--

Dedico este trabalho aos meus pais, ao meu pai, pelas conversas sempre frutíferas de acalento intelectual e minha mãe, em especial, por ter sempre me apoiado, seja material ou moralmente, em toda a trajetória da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela realização desta pesquisa, ao meu pai, pelas conversas sempre frutíferas e inspiradoras, e minha mãe, em especial, por ter sempre me apoiado, seja material ou moralmente, em toda a minha trajetória acadêmica, desde a realização desta pesquisa em questão até outros projetos que eu ainda considero verdes demais para serem publicados. Agradeço também ao Prof.^a Dr. Roger Marcelo M. Gomes pela excelente orientação, aos pareceristas cujas críticas possibilitaram um melhoramento indescritível da obra. Também agradeço aos amigos que também contribuíram com críticas construtivas e dicas que foram muito úteis para a realização do trabalho como um todo.

“Fanáticos, nada espereis de nós. Reconduzir os homens ao culto puro do Ser Supremo é dar um golpe mortal no fanatismo. Todas as ficções desaparecem diante da Verdade, e todas as loucuras tombam diante da Razão.”

(Maximilien de Robespierre, 1999. pág, 182)

RESUMO

Há 230 anos o debate entre a crença e a razão tomava o dia-a-dia dos revolucionários franceses, mobilizando disputas e conflitos entre os seus líderes, como o conflito entre o jacobino Robespierre e o *cordeliere* Jacques Hébert acerca dos cultos cívicos engendrados pelos mesmos durante a Revolução Francesa, respectivamente, o culto panteísta ao Ser Supremo e o culto da deusa Razão. A escolha destes dois revolucionários justifica-se não só pela contribuição que deram ao processo revolucionário francês como pelo legado deixado no imaginário coletivo sobre a Revolução Francesa. O objetivo deste artigo é constatar como se dá um debate entre crença e razão a partir do conflito político e ideológico entre dois líderes de uma Revolução que concretizou o primado da razão, Maximilien Robespierre e Jacques Hébert. Especificamente analisamos o papel central que o movimento hebertista desempenhou no surgimento das leis do Terror em 1793, sua ligação com o processo de descristianização durante a Revolução Francesa, assim como seus conflitos contra Robespierre, a partir dos cultos cívicos engendrados por ambos. Para a concretização desta pesquisa partimos de três discursos apresentados à Convenção Nacional por Robespierre, o primeiro em dezembro de 1793: “*Sobre os princípios do Governo Revolucionário*,” o segundo, em fevereiro de 1794, “*Sobre os princípios de moral e política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República*” e o terceiro, em maio de 1794, “*Sobre as relações das ideias religiosas e morais com os princípios republicanos*”, e edições do periódico *Père Duchesne* escrito por Jacques Hébert entre 1790 e 1794, registros de suas falas e títulos dos seus jornais presentes no livro de Charles Brunet “*Le Père Duchesne D'Hébert ou notice historique et bibliographique sur ce journal publié pendant les années 1790 , 1791 , 1792 , 1793 et 1794.*” Os resultados encontrados atestam elementos de fanatismo político presentes nos discursos de cada um dos revolucionários, porém, não foram encontrados nenhum fator contundente que permitisse afirmar a presença de elementos de crença no sentido religioso nos discursos dos dois revolucionários.

Palavras chaves: Crença e Razão, Conflitos, Maximilien Robespierre, Jacques Hébert.

ABSTRACT

About 230 years ago, the debate between belief and reason took over the daily lives of the French revolutionaries, mobilizing disputes and conflicts between their leaders, such as the conflict between the Jacobin Robespierre and the Cordelier Jacques Hébert about the civic cults engendered by them during the French

Revolution, respectively the pantheistic cult of the Supreme Being and the cult of the goddess Reason. The choice of these two revolutionaries is justified not only by the contribution they made to the French revolutionary process but also by the legacy given in the collective imagination of the French Revolution. The objective of this article is to verify how a debate between belief and reason takes place in the political and ideological conflict between two leaders of a Revolution whose had materialized the primacy of reason, Maximilien Robespierre and Jacques Hébert. Specifically, we analyze the central role that the Hebertist movement played in the emergence of the Laws of Terror in 1793, its connection with the de-Christianization process during the French Revolution, as well as its conflicts against Robespierre, based on the civic cults engendered by both. In order to carry out this research, we started from three speeches presented to the National Convention by Robespierre, the first in December 1793: "On the principles of Revolutionary Government," the second, in February 1794, "On the principles of morals and politics that should guide the National Convention in the internal administration of the Republic" and the third, in May 1794, "On the relations of religious and moral ideas with republican principles", and editions of the periodical *Père Duchesne* written by Jacques Hébert between 1790 and 1794, records of his speeches and titles of his newspapers present in Charles Brunet's book "*Le Père Duchesne D'Hébert ou notice historique et bibliographique sur ce journal publié pendant les années 1790 , 1791 , 1792 , 1793 et 1794.*" The results found attest to elements of political fanaticism present in the speeches of each of the revolutionaries, however, no compelling factor was found that would allow us to affirm the presence of elements of belief in the religious sense in the speeches of the two revolutionaries.

Keywords: Belief and Reason, Conflicts, Maximilien Robespierre, Jacques Hébert.

Sumário

1.0 – INTRODUÇÃO	10
2.0 – MATERIAIS E MÉTODOS	22
2.1 Fontes	23
2.2 Métodos	24
3.0 RESULTADOS.	25
3.1 Sobre os princípios do Governo Revolucionário	25
3.2 Sobre os princípios de moral e política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República	25
3.3 Sobre as relações das ideias religiosas e morais com os princípios republicanos	26
3.4 Escritos de Hebert	26
4.0 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.	28
4.1 Sobre os princípios do Governo Revolucionário	28
4.2 Sobre os princípios de moral e política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República	32
4.3 Sobre as relações das ideias religiosas e morais com os princípios republicanos	40
4.4 Discursos de Jacques Hébert.	47
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
FONTES	56
REFERÊNCIAS	56

1.0 – INTRODUÇÃO

O momento em que vivemos nos coloca constantemente em reflexão sobre os caminhos e projetos de sociedade que desejamos. A escalada e o aumento do fanatismo, sectarismo e dogmatismo religiosos nos surpreende quando consideramos que há mais de 230 anos estas práticas eram debatidas e colocadas para fora da vida pública pela defesa do racionalismo defendido pelo Iluminismo e concretizado pela Revolução Francesa.

Entretanto, não faltou à Revolução Francesa demonstrações de ardor religioso no mesmo nível desempenhado pelos fanáticos religiosos da Reforma, como diz Albert Mathiez:

O que quer que tenha dito Edgar Quinet, proponho-me a demonstrar que os homens da Revolução, em sinceridade religiosa, exaltação mística e audácia criadora, não foram inferiores aos da Reforma e que essas duas grandes crises, a Reforma e a Revolução, não são apenas uma social e outra religiosa, mas que elas são ambas sociais e religiosas no mesmo nível. (MATHIEZ, 1904, p. 13, tradução nossa).¹

Tocqueville (1997) defende que em nenhum tempo ou lugar, a não ser na França revolucionária, houve uma demonstração de irreligiosidade que tenha gerado uma massa tão grande de fanáticos, a ponto de se assemelhar com as guerras religiosas do século XVII. Mesmo assim, tal devoção religiosa manifestada pelos revolucionários em sua “irreligiosidade” como descrita no capítulo II do livro *“O Antigo Regime e a Revolução”* não chega a ser considerada manifestação de uma nova espécie de religião pelo autor, pelo contrário:

Lá acontecia algo que ainda não se encontrara antes. Já aconteceu em outros tempos que atacassem com violência religiões estabelecidas, mas o ardor demonstrado contra elas sempre nascera do zelo inspirado por novas religiões. As falsas e detestáveis religiões da

¹ “Quoi qu'en ait dit Edgar Quinet, je me propose précisément de faire voir que pour la sincérité religieuse, pour l'exaltation mystique, pour l'audace créatrice, les hommes de la Révolution ne le cèdent en rien aux hommes de la Réforme, et que ces deux grandes crises. Réforme et Révolution, ne sont pas l'une sociale, l'autre religieuse, qu'elles sont l'une et l'autre sociales et religieuses au même degré.” Encontrado em: <https://archive.org/details/lesoriginesdescu00mathuoft/page/13/mode/1up>

antiguidade só tiveram numerosos e apaixonados adversários quando o cristianismo se apresentou para suplantá-las; até lá extinguíam-se mansa e silenciosamente na dúvida e na indiferença: é a morte senil das religiões. Na França, atacam com uma espécie de furor a religião cristã sem mesmo tentar colocar outra em seu lugar. (TOCQUEVILLE, Alexis, 1997, pág. 147)

Mathiez (1902, pag. 13) estabelece que todas as religiões novas acompanham no seu início um momento de euforia, uma “superexcitação geral da sensibilidade.” Tocqueville, porém, apesar de aceitar que o poder da irreligiosidade na Revolução Francesa tenha produzido o mesmo efeito na *psique* coletiva que muitos movimentos religiosos ao longo da história, tais como a abnegação, o desprendimento sincero, o orgulho e a audácia confiante, estava ciente que acontecimentos sociais espontâneos podiam exprimir características semelhantes e não terem, necessariamente, o fator teológico envolvido. Em uma época pretérita aos modernos conceitos de ideologia política e do fanatismo ideológico², os intelectuais tentavam traduzir os fenômenos sociais produzidos pelas novidades nos campos da política e da ciência em termos místicos e religiosos. Para que tais fatores psicológicos produzidos pelos acontecimentos adotassem os contornos simbólicos, escatológicos e cerimoniais de uma religião formal, seria preciso algo mais do que uma euforia generalizada. Foi necessário o esforço consciente de muitos agentes históricos importantes durante o processo revolucionário para gerar o que Mathiez interpretou como um empreendimento sério e sincero no sentido de se criar novas religiões baseadas nos princípios racionalistas do iluminismo.

O historiador Jean Starobinsky, em “1789 *The Emblems of Reason*” no capítulo “*The Solar Myth of the Revolution*” (1988) descreve como o imaginário artístico, literário e político sintetizou em signos apolíneos todo o turbilhão de acontecimentos revolucionários. Na arte, o Antigo Regime era retratado como trevas, as nuvens negras que encobriam o sol da Liberdade, esta, representada por uma figura feminina era sempre retratada em meio a raios sublimes que

² A palavra “Ideologia” aparece pela primeira vez com o intelectual napoleônico Destutt de Tracy na obra “*Éléments d'idéologie*” (1801) mesmo assim, sua conceitualização como um “estudo das ideias” a ligava meramente a um setor das ciências naturais, a zoologia, e não a atribuída a um conjunto de valores morais e éticos ou qualquer sentimento de classe que compunham a realidade imaginária sobre o qual o indivíduo agia no mundo físico.

dissolviam a escuridão ao redor, era a vida triunfando sobre a morte, o mundo trazido de volta ao seu começo, para que no vazio, deixado pelo Antigo Regime, fosse erigida uma nova realidade não apenas social, mas psíquica, o homem seria “regenerado” e levado ao seu estado de pureza natural.

Ele (o anticlericalismo) não era dirigido contra ideia religiosa tanto quanto era voltado contra à Igreja enquanto poder temporal, cuja riqueza e privilégios a havia transformado em um mediador inadequado entre o homem e Deus. A secularização e expropriação, nesse sentido, eram geralmente empregados não para abolir sentimento religioso em si, mas, ao invés disso, para restaurar a relação entre o homem e Deus na mesma medida em que a revolução política buscava a estabelecer entre todo o povo. (STAROBINSKY, 1988, p. 51, tradução nossa) ³

Como defende Starobinsky, toda essa projeção mística se tratava de uma leitura imaginativa dos acontecimentos carregada de arquétipos muito influenciados pelos símbolos da religião. O ideal defendido pela revolução de um todo social homogêneo também explica os excessos de anticlericalismo, uma vez que a sociedade de divisões e ordens era vista como resultado de uma degeneração histórica.

Crença e razão são palavras que, quando trazidas à baila de um debate no mundo contemporâneo, geralmente são apresentadas como antagônicas. Na crença vincula-se a ideia de um pensamento derivado da fé, não apenas da crença no sentido religioso, mas de qualquer julgamento, qualquer concepção de mundo ou, até mesmo, qualquer conclusão parcial e defeituosa que não passaria pela triagem do método científico tanto quanto não passaria pelo escrutínio de uma boa análise crítica. Sobre a razão, pelo contrário, é depositada a confiança do bom julgamento, é a espinha dorsal de toda análise científica e se trata do aspecto fundamental de toda a filosofia iluminista.

A razão, segundo o Dicionário de Filosofia de José Ferrater Mora (2004, pág. 2455) aparece no vernáculo ocidental com os antigos gregos, que davam a faculdade da razão inúmeras definições, muitas das quais talvez não coadunem

³ “The same consideration explains the anticlericalism of the Revolution. It was directed not so much against the religious idea as such as against the church as a temporal power whose wealth and privileges made it an inadequate mediator between man and God. Secularization and expropriation were generally aimed not at abolishing religious feeling but rather at restoring to the relations between man and God the same immediacy as the political revolution aimed at establishing between all people.”

com que o homem moderno entenda por “razão.” Mas não cabe aqui dar uma definição acabada do que seja esse tão discutido conceito, e sim como ele era entendido por quem criou o culto à Deusa Razão durante a Revolução Francesa. Ademais, como diria Jacob Burkhardt, definir conceitos está no terreno da filosofia, e não no da história, já que a história é mutabilidade, assim sendo, os conceitos em história devem ser aceitos em sua forma tão fluída e eclética quanto possível. Mesmo concordando com toda a polissemia da razão enquanto fator histórico, comum a todas as suas definições é a noção de que a realidade possui um fundo inteligível e de que é possível compreender semelhante fundo ou, pelo menos, orientar-se no mesmo (FERRATER MORA, 2004. *pag. 2456*)

Seja a área que for do conhecimento, inclusive da própria religião; a razão, sendo a faculdade responsável para nos guiar na realidade, é a fiadora do pensamento moderno, e é conspícua a recorrência ao atributo da razão para a validação de qualquer tese acadêmica, todas pressupõem o atributo da racionalidade para atingir a compreensão do objeto estudado.

O conceito de “crença” com o qual trabalhamos, valha a heterogeneidade que o vernáculo português dá a esta palavra, será a crença no sentido religioso, analisemos primeiro os variados conceitos de religião propostos por Linda Woodhead (2011) são estes cinco: religião como cultura, como identidade, como forma de relacionamento, como prática e, por último, religião como “poder”. Todos esses conceitos nos ajudarão a progredir em nosso estudo quando chegarmos à análise dos personagens Hébert e Robespierre em seus cultos cívicos, bem como o papel central que desempenharam durante a Revolução Francesa.

No momento histórico em que vivemos, as conjunturas econômicas, políticas e sociais que afligem o indivíduo com inúmeras incertezas em relação ao futuro, o pressionam para o sectarismo de todos os tipos, é cada vez mais comum nos depararmos com declarações coléricas de determinadas parcelas da sociedade que se indignam com as mudanças inevitáveis do devir histórico. Tais problemas que tocam todo o gênero humano são lugares comuns na história e tem paralelos com o evento da Revolução Francesa, os revolucionários, visando criar uma nova realidade baseada nos preceitos iluministas acabariam por, invariavelmente, criar um amálgama místico-filosófico visando substituir a

antiga religião. Essa tendência na sociedade francesa de mais de dois séculos atrás pode ser percebida alhures nos dias atuais, que transcendem a questão nacional, o mito de criação dos povos, as históricas construções patrióticas e as subsequentes estruturas ideológicas derivadas do idealismo revolucionário exportado pela França são respostas provisórias que vieram para sanar as questões que as religiões não conseguiam mais responder naqueles tempos.

Para a historiografia da Revolução Francesa, existe um conjunto de pensadores considerados seus precursores, tais como as emblemáticas figuras de Montesquieu, Voltaire e Rousseau. O conceito ulterior de razão encontrado em cada um deles é bastante característico do pensamento iluminista. Mesmo encontrando discordâncias pontuais sobre certos aspectos teóricos, ambos compartilhavam do mesmo entusiasmo com as novas descobertas da ciência, da mecânica newtoniana e suas leis universais, ambos depositavam uma confiança na capacidade do homem de ser o arquiteto do próprio destino e artesão da própria felicidade, principalmente por intermédio do organismo social.

Nos dizeres de Ernst Cassirer (1993, pág. 23) “o século XVIII está impregnado de fé na unidade e na imutabilidade da razão, ela é una e idêntica para todo o indivíduo pensante” ao diferenciar a filosofia produzida no século XVII da produzida no século XVIII, Cassirer classifica a primeira como animada por um “espírito de sistema” enquanto a última seria movida por um “espírito sistemático,” resumidamente; na primeira existia o desejo de se criar sistemas universalizantes de compreensão da realidade, baseadas em verdades primordiais que abarcasse todas as coisas e objetos, da metafísica ao movimento dos corpos celestes, tudo podia ser explicado através de axiomas rígidos, já no século das Luzes, entretanto, os filósofos admitem a necessidade de uma separação da filosofia de suas antigas amarras estruturais e axiomáticas, tornando-a, dessa forma, dinâmica e dotada de força auto criadora, a partir de então, o fio condutor que liga essas duas eras é a razão como força motriz do pensamento humano.

Também é inegável que a história das ideias da Revolução Francesa, desde seus primórdios, refere-se a ela como consagradora da razão na política. A força irresistível dos deputados, dos agitadores de rua, das gráficas parisienses que, dia após dia despejavam os periódicos dos “foliculários do caos”

no seio da sociedade, fez solapar toda a estrutura do Antigo Regime. Toda uma realidade de isenções fiscais, privilégios, corporações, divisões jurídicas, foram derrubadas e estabeleceu-se uma nova realidade, política e institucional, tendo como princípio norteador a perfectibilidade e a infalibilidade da razão humana. Porém, sendo a mansidão dos costumes, a dignidade da pessoa humana e o valor inegável da igualdade perante a lei bandeiras assumidas pelos filósofos iluministas, seria possível atribuir ao discurso iluminista a responsabilidade histórica perante os massacres e as inumanidades atrozes cometidas em seu nome? Em uma sociedade pós-revolucionária onde ainda faltava pão e sofria com o horror dos conflitos internos e externos, estaríamos incorrendo em equívoco histórico se nos referirmos a Revolução Francesa como a materializadora da filosofia das luzes, como por vezes se afirmou, quando olhamos para seu rastro de mortes deixados pelo reino do Terror?

Essas são as problematizações existentes em relação ao mito fundador da idade contemporânea. Para parte da historiografia, (FURET, 1988, OZOUF, 1988) o papel e o lugar que os filósofos iluministas ocupam se enquadra dentro de uma narrativa moralista e política. Sobre Rousseau, foram inúmeros os que consideraram sua primazia ideológica sobre a Revolução. Rousseau e Voltaire seriam ambos “panteonizados,” e suas efígies compartilhariam da mesma cripta no Panteão dedicado aos novos heróis nacionais. Será que essa visão é correta? Para a historiadora Mona Ozouf, no capítulo “iluminismo” do Dicionário Crítico da Revolução Francesa, “a atribuição desse fenômeno intelectual como grande influenciador da Revolução Francesa se trata de uma ilusão construída pela historiografia do século XIX.

Ozouf (1988) demonstra, ao citar as pesquisas do historiador R. Galiani que, de 4.500 panfletos e brochuras, com referências dos anos de 1791 a 1795, no último ano, houve uma queda geral no número de citações com referência aos filósofos do século XVIII. Seria essa uma indicação do novo rumo que os revolucionários tomaram, tendo rompido não apenas com o passado monárquico, mas também com seus próprios patronos intelectuais de antanho? A consciência de serem eles pertencentes a um movimento que inauguraria uma nova era conseguiu produzir efeitos duradouros na mentalidade dos personagens envolvidos na Revolução Francesa, mudando inclusive a antiga

religião oficial da França, tendo o próprio catolicismo absorvido preceitos dos ideais novos que surgiram no século XVIII.

A Revolução Francesa não é um bloco homogêneo, sua infinidade de agentes históricos, suas contradições, seus conflitos políticos e militares correspondem ao crisol do mundo moderno, nela se operaram a mitose que multiplicaria em inúmeras ramificações interpretativas que, nas décadas seguintes, gestariam diversas teorias novas, definindo o desenrolar político dos anos que se seguiriam. Assim sendo, se torna necessário uma introdução do processo histórico revolucionário.

Ela tem duas datas de nascimento, a primeira é o 14 de julho de 1789, data da queda da Bastilha, a segunda é o 26 de agosto de 1789, data da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, na primeira, ela tem seu surgimento simbólico, na segunda, seu nascimento jurídico. Os desdobramentos que ocorrem nesse interregno podem ser comparados a um processo de gestação, do qual procede da concepção ocorrida junto com os destroços da Bastilha, até que finalmente eclodem e vem a luz no mundo real, tomando forma nos documentos expressos pela Assembleia Nacional. Outras datas importantes, como o 10 de agosto de 1792 com o fim da monarquia constitucional ou a proclamação da Constituição Montanhesa do ano II em 1793, decorrem de desdobramentos dos princípios já a muito gestados e estabelecidos por toda a sociedade francesa, que foram sintetizados pelo 26 de agosto. Sobre o 14 de julho, afirma Michelet:

A Bastilha, embora sendo uma velha fortaleza, não deixava de ser inexpugnável [...] O povo não tinha, nessa crise, nem tempo nem meios de fazer um cerco regular. Se o tivesse feito, a Bastilha não precisaria temer, tendo víveres suficientes para esperar um socorro tão próximo, e imensas munições de guerra. [...] Suas torres varadas de estreitas janelas e seteiras, com grades duplas e triplas, permitiam à guarnição fazer com toda a segurança uma terrível carnificina dos atacantes. O ataque a Bastilha não foi de maneira nenhuma refletido. Foi um ato de Fé. (MICHELET. 1989, p.154)

Os deputados da Assembleia Nacional tomariam partido desse ato de fé primordial e tentariam capturar para si o controle sobre a população exaltada, membros do clero e do Terceiro Estado, em seus debates acalorados, renderiam oradores habilidosos, como Mirabeau, Condorcet, Brissot, Roland, Duport,

Lemeth e Barnave, sempre tentando monopolizar a fúria das massas sob suas palavras, enquanto ocorriam esses embates, a França seria golpeada internamente e externamente. Em 10 de agosto de 1792, Luís XVI é acusado de traição e derrubado, um comitê ministerial assumiria o poder da França e, em fevereiro de 1793, ele seria decapitado.

Em 15 de março de 1793, a Vendéia pegaria em armas contra a revolução, em 6 de abril, Georges Danton criaria o Comitê de Salvação Pública, visando transformá-lo em um órgão com poderes plenipotenciários que visava a salvaguarda da Revolução, tanto de inimigos externos quanto de oponentes internos, seriam enviados comissários políticos para toda a França, com a missão de perseguir e impor a autoridade da Convenção Nacional perante todo o território francês. De maio para junho, a Convenção girondina sofreria um golpe da Guarda Nacional chefiada pelo *cordelière* Henriot, o que livraria a Convenção dos elementos moderados e alçaria ao poder membros radicais, dentre os quais Robespierre, Danton, Desmoulins, dando início ao período da Convenção Montanhosa, a fuga de vários políticos girondinos de Paris alguns dias depois, e a subsequente criação de um governo paralelo em Caen, adicionaria como inimigos da Convenção estes antigos revolucionários, através do Movimento Federalista, que buscava levar ao fim a autoridade de Paris sobre os departamentos. Enquanto isso, a França era agitada pelo caos, Paris vivia um turbilhão, novos atores, jornalistas e oradores, emergiriam da multidão reivindicando seu lugar sob o sol da Revolução, seriam eles Hébert, Chaumette, Gusman, Varlet, Jacques Roux, Pereira, entre outros, chefes de sessão de Paris que cumulariam sobre si grande estima popular, estes seriam, em grande parte os responsáveis por levantes, inclusive contra a própria Convenção Nacional e os jacobinos, o poder de difusão de alguns jornalistas ficariam famosos na posteridade, Marat e Hébert ocupam um largo espaço na historiografia revolucionária, esses homens tentariam engendrar seus objetivos no que entendiam ser o cerne da declaração de princípios da Revolução.

Os atos iconoclastas são outro fator que nos vem à memória quando o tema da Revolução Francesa é trazido a um debate, Michel Volvelle em “*A Revolução Francesa Contra a Igreja da Razão ao Ser Supremo*” demonstra as regiões mais afetadas com a descristianização e suas consequências para a

população local, os comissários políticos, imbuídos de poderes plenipotenciários, responsáveis pela difusão dos princípios da Convenção, não cumpriram um papel unilateral e nem homogêneo nessa empreitada, alguns se destacaram mais do que outros na perseguição de nobres, outros, na perseguição do clero, outros, na dos ricos, enquanto outros apenas viveriam confortavelmente com seu salário e não incomodariam a ninguém. Não obstante tais feitos empreendidos pelas forças estatais, também ocorreram surtos orgânicos de revolta contra os que pertenciam a hierarquia clerical, levando a destruição de igrejas e demais atos iconoclastas, inclusive blasfêmias contra os objetos de culto religioso católico.

Nesses acontecimentos, dois personagens se destacam em meio a luta revolucionária e, em especial, no que concerne a aplicação de alternativas ao culto católico, são eles: Jacques Hébert, criador do culto da Razão e outro o próprio Robespierre, criador do culto do Ser Supremo.

Maximilien de Robespierre, nascido em 1758 no seio de uma pequena família de nobreza de toga de Arras, é a figura que encarna a fase mais emblemática da Revolução Francesa, é seu nome que se projeta acima dos 12 membros do Comitê de Salvação Pública que controlaram a França durante a maior parte do período de 14 meses que percorrem a queda da Convenção Girondina, em maio de 1793, até sua queda em julho de 1794. É sua morte que encerra o Terror, ele seria, para a posteridade, a figura que sintetizaria as brutais cenas que permanecem vivas no imaginário coletivo.

Robespierre tem sido alvo de interesse por parte dos historiadores desde a queda de Napoleão, dado a importância do movimento que representa, o personagem Robespierre sempre esteve longe de ser historicizado por profissionais desengajados politicamente.

A Germaine de Staël (2008), primeira interpretadora liberal do evento, em meio a uma atmosfera intelectual ainda dominada pela versão dos “*ultras*,”⁴ que alardeavam memórias do Terror diante de qualquer tentativa de reforma social,

⁴ O partido dos “Ultras,” animado por Louis de Bonald, encarnou a defesa da ordem monárquica e cristã durante todo o período da Restauração (1815 – 1830), era amplamente defendido pela nobreza fundiária e teria grande influência em 1824, quando Carlos X ascendesse ao trono. (NAY, Olivier. História das Ideias Políticas, pág. 331)

é creditada à separação do evento de 1789 do de 1793, duas datas, duas fases distintas, na primeira, havia o ímpeto de homens de gênio em melhorar a vida nacional, estes eram eivados pelos mais elevados princípios de liberdade humana e do desejo de regeneração social, a segunda data representaria uma depravação histórica, uma desvirtuação dos belos ideais de 89, analisar os 14 meses do regime do Terror, dominado pelo Comitê de Salvação Pública se assemelha-se, para ela, uma descida aos “círculos infernais de Dante”.

A interpretação de Staël (2008), inscrita em sua obra de publicação póstuma *“Considérations sur les principaux événements de la Révolution Française”* suscitaria uma resposta do ex-convencional Bailleau, o que mudaria o núcleo da polêmica em torno da Revolução, antes dominada pelo debate dos monarquistas contra revolucionários, e seria realocado entre os defensores do movimento de 1789 e dos apoiadores do legado de 1793, dessa forma, a historiografia da Revolução Francesa sofreria uma fissura, e desse debate os historiadores Thiers e Mignet derivariam suas obras “fatalistas” de 1823-24, inaugurando assim a interpretação revolucionária da Revolução Francesa.

Desde então, as ações realizadas por Robespierre durante o domínio do Comitê de Salvação Pública, bem como de todos os convencionais durante o período do Terror, passaram a ser interpretadas não como corrupções dos belos ideais de 89, na realidade, esses personagens históricos estariam submissos a fatores externos, o Terror, segundo essa interpretação, seria um acontecimento ditado pelo império da necessidade, em consonância com a realidade esmagadora de invasão estrangeira e de conflagração interna.

É certo que o século XIX francês, marcado por conflitos políticos envolvendo uma heterogeneidade de agentes, foi prodigioso em nos legar monumentos historiográficos realizados não por historiadores, mas por jornalistas, militantes políticos e escritores, como Phillipe Buchez, Louis Blanc e Lamartine, (FURET, 1988, p. 927), cada qual, defendendo uma visão particular dos eventos, argumentando em prol de objetivos políticos bastante claros.

Buchez entrou para a posteridade como o ideólogo sincrético que realizaria a peculiar amálgama entre jacobinismo e a religião católica, seria o criador da Carbonária francesa em 1821 e sempre lutaria em prol de objetivos revolucionários, Louis Blanc idem, teria papel importantíssimo durante a II

República Francesa para depois ser exilado pela mesma em 1849 (FURET, 1988, p. 927).

Jules Michelet dedica um capítulo inteiro na introdução de seu terceiro tomo da “História da Revolução Francesa” a uma feroz crítica à obra desses autores, opondo-lhes a “memória coletiva” como fiadora da verdadeira interpretação histórica: “A base que menos engana, estamos felizes de dizê-lo àqueles que virão depois de nós, é aquela de que os jovens eruditos mais desconfiam, e que uma ciência perseverante acaba por descobrir tão verdadeira quanto forte, indestrutível: a *crença popular* (...) Os quatro escritores (Blanc, Lamartine, Esquiros e Buchez) de que falo concordam em sua admiração pelos homens do Terror; acreditam que a Salvação Pública salvou a França; veneram os nomes que, com ou sem razão, permanecem execrados na lembrança do povo e, em sua boca, malditos”

Esses velhos debates podem nos elucidar acerca da mentalidade da época em que foram escritas se adotarmos a máxima de Groce-Collingwood, de que toda história é história contemporânea, mas seria imprudente descartá-los como desprovidos de seu valor interpretativo sobre o evento da Revolução em si.

A questão religiosa durante a Revolução Francesa também se encontra presente na velha polêmica entre Alphonse Aulard e Albert Mathiez, que entrariam no século XX em um confronto pelo legado de duas figuras revolucionárias, Danton, o moderado, sintetizador do legado de 89 e 93, defendido por Aulard, e Robespierre, o jacobino revolucionário, o pré-Lênin, o “pressagiador da Revolução comunista de outubro” Furet (1988).

Segundo Ozouf (1988) quando Austin Aulard escreveu sobre os cultos revolucionários em seu livro “*Le culte de la Raison et le culte de l’Etre Supreme (1793-1794)*”, ele propõe a relação entre a promoção do culto ao Ser Supremo de Robespierre com as necessidades impostas pela defesa da pátria, nesse sentido, ele não passaria de um expediente artificial utilizado como ferramenta política, o culto da Razão e o do Ser Supremo se entrelaçam em suas significâncias táticas nesse sentido. Já Mathiez defende que ambos tinham um significado mais profundo, vinculando o culto do Ser Supremo como “uma flor de crescimento tardio arraigado pela filosofia do século XVIII.”

Jacques Hébert, editor do célebre periódico “*Père Duchesne*” surgido após a queda do rei em 10 de agosto de 1792, tem ampla relação com o movimento *sans-culotte*, ele deteve grande ligação com os levantes populares que se seguiriam. Jacques-Réné Hébert, nascido no seio de uma família da pequena burguesia artesanal de Alençon, vendedor de bilhetes de teatro, entraria para a vida jornalística em 1790 para fugir de problemas financeiros, angariando grande reputação entre o povo parisiense. Este panfletário, agitador, continuador do legado de Marat após seu assassinato em 13 de julho de 1793, junto com seus seguidores, se envolveria nos grandes levantes populares de 10 de agosto de 1792 e 31 de maio de 1794, seus defensores, Chaumette e Pache, igualmente estariam envolvidos em outros levantes, como no cerco a Convenção em setembro de 1793 e em março de 1794.

Hébert seria perseguido pelo Comitê de Salvação Pública e morreria na guilhotina. além de seu papel político, ele também entraria para a história como criador do culto a deusa Razão, este culto estaria marcado por atos iconoclastas cometidos por comissários políticos em missão nas províncias e da ampla difusão que seus escritos tinham no exército. Era um homem grosseiro, vulgar, indecente, a antítese do virtuoso Robespierre. Michelet, ao descrever os eventos do 10 de agosto, discorre sobre “essas fuinhas de focinho pontudo, feitas para se banharem em sangue,” que “se caracterizam por dois nomes: primeiro, Chaumette, estudante de medicina e jornalista, e o segundo, Hébert, vendedor de contramarcas na porta dos teatros, que compunha pequenas canções antes de se tornar horrivelmente famoso com o nome de *Père Duchesne*,”

Não intencionamos realizar uma biografia comparada destes dois personagens, Robespierre contra Hébert, nosso trabalho focará apenas no que pode ser abstraído dos discursos deixados por Maximilien de Robespierre em relação a seus rivais políticos e os panfletos de Jacques Hébert. partindo dessas fontes faremos uma análise crítica sob a luz das conjunturas políticas que compunham a história da época. Pelos discursos de Robespierre alinhamos nossos estudos no sentido de estabelecer a relação entre esses dois personagens históricos, o resultado de suas interações e o legado de suas dicotomias para a posteridade, ao fazer isso, contribuimos para a historiografia da Revolução Francesa.

Os documentos utilizados em nosso estudo serão os três discursos de Robespierre na Convenção Nacional, dentre tantos outros proferidos pelo mesmo no decorrer de todo o processo revolucionário, são estes *“Sobre os princípios do Governo Revolucionário,” “Sobre os princípios de moral e política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República”* e o terceiro, *“Sobre as relações das ideias religiosas e morais com os princípios republicanos,”* esses discursos são importantes pois correspondem a síntese do pensamento robespierrista no calor dos acontecimentos mais acirrados da Revolução, Robespierre era mais um “discursador” do que orador, sua linguagem era a da pregação e da inquisição (GUENIFFEY, 1988, p.313) suas palavras denunciavam, apontavam inimigos do povo, conspirações e tramas, toda sua filosofia deles pode ser extraído, se tratam de respostas a adversários, motejos e imprecisões contra tendências que emergiram no seio revolucionário.

Foram analisados também trechos e textos das edições do *Père Duchesne* publicados entre 1790 e 1793. Tendo explicado a pertinência para da contribuição desta pesquisa para a historiografia da revolução francesa, buscaremos analisar se é verdadeira a dicotomia entre crença e razão na revolução francesa, cujos passos se darão na seguinte ordem:

1. Apresentar o debate histórico acerca da crença e razão na filosofia iluminista, situar esse debate na emergência da Revolução Francesa;
2. Identificar o processo histórico que levou Robespierre e Jacques Hébert empreenderam seus cultos cívicos;
3. Avaliar a relação que esses dois personagens dentro do contexto maior da Revolução Francesa, sua contribuição para os eventos descristianizadores e até que ponto copiaram as tendências dos seus antigos patronos e como emularam os princípios da filosofia das luzes em novas religiões cívicas.

2.0 – MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo se insere no âmbito de pesquisas qualitativas, levando em conta a análise do discurso. Nossas fontes, já apresentadas na Introdução de nosso projeto, referir-se-ão aos três discursos de Robespierre, o primeiro emitido

em dezembro de 1793: “*Sobre os princípios do Governo Revolucionário,*” o segundo, em fevereiro de 1794, “*Sobre os princípios de moral e política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República*” e o terceiro, em maio de 1794, “*Sobre as relações das ideias religiosas e morais com os princípios republicanos*”. Estes três discursos foram publicados em 1999 pela EDUERJ na obra intitulada “Discursos e Relatórios na Convenção” de Maximilien Robespierre que foram traduzidos por Maria Helena Franco Martins e as edições do *Père Duchesne* escritos por Jacques Hébert entre 1790 e 1793 disponíveis no site Gallica, e edições do periódico *Père Duchesne* escrito por Jacques Hébert entre 1790 e 1793, registros de suas falas e títulos dos seus jornais presentes no livro de Charles Brunet “*Le Père Duchesne D'Hébert ou notice historique et bibliographique sur ce journal publié pendant les années 1790 , 1791 , 1792 , 1793 et 1794.*”

2.1 Fontes

Para a construção do nosso projeto, o primeiro discurso que abordaremos, “*Sobre os princípios do Governo Revolucionário,*” no qual Robespierre discorre pormenoradamente sobre os princípios revolucionários, nele, Robespierre tece diferenças claras entre o que ele entendia por “governo constitucional civil” e “governo revolucionário”, devemos nos ater ao fato que o ambiente e o contexto em que o proferiu tem papel fundamental sobre o teor e a tonalidade do discurso, podemos chegar a conclusões pertinentes em nosso objetivo se não pensarmos em Robespierre apenas como um enunciador da filosofia das Luzes ou de princípios ditados pelas contingências políticas do momento, mas sim como força motriz em si mesmo do que provocava, e também os ideais que ele professava eram compartilhados de forma quase generalizada por todos os grandes personagens da época. Para propor qualquer interpretação sobre os princípios do governo revolucionário dos quais Robespierre advogava, esse será o primeiro objetivo central de nosso trabalho, uma digressão histórica se torna inevitável nesse aspecto.

No segundo discurso, “*Sobre os princípios de moral e política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República*” Robespierre

aborda questões concernentes aos temas estruturantes dentro do processo revolucionário, sendo líder do partido vencedor nos meses finais de 1793 e dotado de forças políticas e pôr em prática sua obra, aqui ele se sente livre para lançar as sementes de uma sociedade futura.

O terceiro discurso, “*Sobre as relações das ideias religiosas e morais com os princípios republicanos,*” talvez seja o que melhor se enquadre nos objetivos que propomos, de estabelecer a relação entre Hébert e Robespierre, nesse discurso se apresentam as opiniões religiosas do grande revolucionário, buscaremos fornecer um amplo escopo de doutrinas intelectuais que embasavam o que Robespierre entendia por “Deus” e seu grande rival, Hébert.

Para comparar com os escritos de Hébert, o site Gallica fornece grande parte dos periódicos de *Père Duchesne*, embora nem todos contenham o conteúdo que se espera seja usado para a realização deste projeto, dado a prodigalidade de seus escritos, a maior parte dos volumes escritos por Hébert se referia a ataques a alvos políticos específicos, quando falava ao leitor a assuntos relacionados a religião, geralmente era para condenar o clero, e a necessidade de serem analisados as partes discursivas referentes apenas à parte de seus escritos relacionados à religião, o site “marxist.org” fornece vários periódicos traduzidos para o inglês que ajudaram a selecionar os discursos tendo por base os enunciamentos antirreligiosos.

2.2 Métodos

Entendemos a importância dos discursos serem fontes históricas riquíssimas para o historiador escrever seu texto, assim como propõe Albuquerque Júnior. O discurso, segundo ele, é uma “peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 223) e afirma logo em seguida que “também interessa ao historiador o discurso que, uma vez escrito, nunca chegou a ser lido ou que já foi escrito destinado a um público leitor e não ouvinte” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 224). A discussão que o historiador D. M. de Albuquerque Júnior nos oferta sobre discursos enquanto fontes históricas,

asseguram-nos os caminhos que teremos que tomar para avaliar os três discursos de Robespierre e as publicações de Hébert.

3.0 RESULTADOS.

3.1 Sobre os princípios do Governo Revolucionário

Neste discurso foi analisado a dicotomia entre “celerados” e “moderantistas.” A análise encontrou definições vagas que dão apoio para o que compreendemos serem indícios de um discurso religioso ainda em formação que irá culminar na criação do culto ao Ser Supremo. No enunciado, influenciado pela filosofia das luzes e por elementos literários fornecidos pelos historiadores da antiguidade, encontramos características da luta política que culminou na criação dos cultos religiosos durante a revolução, na forma do deísmo enunciado por Robespierre e do ateísmo militante de Hébert.

3.2 Sobre os princípios de moral e política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República

Neste discurso foi analisado a ideia de “regeneração” presente no discurso de Robespierre, como ele dialoga com a percepção do que outros revolucionários entendiam por “regeneração” e como essa percepção era intrínseca a um papel pedagógico presente nas diversas manifestações revolucionárias, sejam espontâneas criadas pelo povo ou criadas pelo estado. É neste discurso que Robespierre propõe um norte para o qual a revolução deve seguir, qual ideal de homem, quais princípios morais e políticos devem guiar a convenção, ao aliar esse discurso com uma das definições de religião proposto por Durkheim (WOODHEAD, 2011, pág. 128) as conotações religiosas de formação e atestação de laços sociais estão presentes. Muito embora no discurso ele não fale especificamente da crença ou não na divindade. O papel institucional e estatal aparece em primeiro plano, embora os princípios pelos

quais esse papel institucional deva ser empreendido esteja contido dentro de enunciações filosóficas derivadas do deísmo.

3.3 Sobre as relações das ideias religiosas e morais com os princípios republicanos

Nesse discurso, Robespierre fala abertamente dos princípios morais dentro do homem como sendo emanados de um instinto divino, nesse discurso buscamos refletir acerca do papel que a crença em deus tinha para Robespierre na estruturação dos princípios revolucionários enunciados no discurso anterior, para ele, a ideia de virtude, da moral, do desprendimento sincero e o auto-sacrifício são necessários para a realização de feitos heróicos tão necessários a República naqueles momentos, por trás desse discurso, porém, subsiste uma complexa rede de interesses políticos que são perscrutados com uma análise detalhada acerca dos acontecimentos políticos que estavam causando muitos problemas para os convencionais, e como nem todos os agentes revolucionários, principalmente o grupo dos chamados “hébertistas” concordava com essas manifestações.

3.4 Escritos de Hebert

Dado a escassez de fontes discursivas de Hébert, foram analisados alguns discursos fornecidos pelo site Gallica, embora as edições do *Père Duchesne* disponíveis não conterem enunciados relacionados ao culto à Razão em si, e também dado o problema de existirem vários *Père Duchesne* de autoria incerta, conseguimos compilar, através de diversas fontes dispersas na internet, como o excelente livro “*LE PÈRE DUCHESNE D'HÉBERT*” de M. Charles Brunet cujo compilado de epígrafes de todas as edições do *Père Duchesne* até a nº355 nos forneceram conteúdo para medir a “temperatura” do sentimento anticlerical conforme o avanço dos eventos revolucionários, também encontramos na íntegra discursos anticlericais disponíveis no site “marxist.org”, o que, por fim,

possibilitou coletar, ao lado das fontes já citadas, informações capazes de sustentar nossa posição quanto a análise dos escritos de Hébert sobre o culto à Razão. A conclusão que chegamos através da análise de suas falas, quando as comparamos com a história dos eventos descristalizadores é a de que, apesar de Hébert ser, de fato, um homem cujas opiniões políticas eram incertas e vacilantes e o papel que tem no processo descristianizador durante os eventos revolucionários já serem bem estabelecidos, no que se refere ao culto em si da Razão e as festas, uma melhor análise em todos as edições seria necessária.

4.0 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

Ao perscrutamos as dicotomias existentes entre crença e razão tendo por base os discursos proferidos por Robespierre e Jacques Hébert na arena política da Revolução Francesa, devemos ter em mente que não existia, fundamentalmente, entre eles, pelo menos até onde se encontrou em seus discursos, uma diferença baseada em princípios ou até mesmo de objetivos no que se refere a temática da moralidade, da necessidade de uma pedagogia republicana que carregasse os princípios de virtude revolucionária, os rituais eram os mesmos, os objetos de adoração e de culto também. Razão, Liberdade, Ser Supremo, Natureza, são genitivos amplos que escapavam da compreensão inclusive de seus próprios promotores nas províncias. O ponto fundamental que diferia ambas as doutrinas era a crença em Deus, para Robespierre, a crença na divindade era necessária para a manutenção de uma república virtuosa, para Hébert, considerado o chefe do grupo responsável pelo movimento descristianizador nas províncias e em Paris, a crença na divindade não era necessária para a manutenção de uma boa moral pública, as intrigas políticas envolvendo esses dois personagens chegará ao paroxismo, o que culminará na morte de Jacques Hébert em 27 de março de 1794.

4.1 Sobre os princípios do Governo Revolucionário

Cidadãos representantes do povo!
Os sucessos entorpecem as almas fracas; estimulam as almas fortes.
Deixemos a Europa e a História louvarem os milagres de Toulon, e preparemos novos triunfos para a Liberdade. (ROBESPIERRE, 1999, pág. 129)

Em 25 de dezembro de 1793, Robespierre apresentou um relatório na Convenção Nacional em que buscava defender o Comitê de Salvação Pública dos ataques de que este era alvo, críticas essas voltadas contra as medidas extremas que havia tomado durante a fase mais aguda da Revolução. O título

“*Sobre os Princípios do Governo Revolucionário*” sugere uma explanação teórica acerca do que se configura a natureza, modo de organização e objetivo de um governo revolucionário, e de fato, Robespierre o explica até certo ponto.

Quais são os princípios do governo Revolucionário? Resumidamente: o governo constitucional tem a função de conservar a república, a revolução, de fundá-la. Para atingir essa meta, a revolução deve vencer os inimigos da liberdade, se necessário for, lançando mão de ardis contrários aos princípios que norteiam a própria constituição. Segundo Robespierre, os poderes extraordinários gozados pelo Comitê eram justificados uma vez que se apoiavam na “mais santa de todas as leis, a salvação do povo; no mais incontestável de todos os títulos – a necessidade.”

O discurso era, na verdade, um ataque direto aos seus inimigos políticos, tendo por pano de fundo um arremedo jurídico que misturava conceitos da “*raison d’etat*” e as novidades teóricas da representação nacional inauguradas no começo da revolução. Os inimigos internos da República naquele momento (inimigos republicanos, diga-se) foram classificados pelo próprio Robespierre em dois grupos, os “moderantistas” e os “celerados,” correspondiam, respectivamente, a parcela daqueles revolucionários que requeriam clemência para os condenados e mais moderação na aplicação das penas, no grupo dos celerados estavam os ultrarradicais que praticavam abusos dos mais variados, nas províncias eram os que promoviam massacres gratuitos de civis, aqueles que pregavam a violação da propriedade privada e a descristianização, “O fanático coberto por escapulários e o fanático que prega o ateísmo tem bastante relações entre si.”

Essas definições, “celerados” e “moderantistas” ficaram muito vagas uma vez que Robespierre não as descreveu com objetividade, não citou nomes dos supostos responsáveis por essas falhas e nem deixou claro o que separava os verdadeiros “patriotas ardentes” (estes verdadeiros republicanos) dos “celerados,” então onde estariam as nuances entre todos esses conceitos? A resposta de Robespierre era oblíqua ao mesmo tempo que reveladora: “No amor pela pátria e pela verdade.” O que se oculta em um discurso por vezes pode relevar muito mais do que o próprio enunciado. Temos um tabu do objeto, não se podia criticar com demasiada severidade àqueles que, segundo ele, foram

usados pelos “celerados” nos atos iconoclastas e de violação da propriedade, logo, Robespierre estava tentando, se não ganhar, pelo menos não perder os patriotas sinceros que, “por ignorância”, haviam se debandado para o lado “errado” da revolução, o lado dos hebertistas. Não é por acaso que sua fala acompanhava um apelo para que os excessos cometidos por alguns patriotas fossem perdoados:

[...] o patriotismo é ardente por natureza. Quem pode amar a pátria friamente? O patriotismo é o quinhão dos homens simples, pouco capazes de calcular as consequências políticas de um procedimento cívico a partir de seu motivo [...] (ROBESPIERRE, 1999, pág. 133)

O ponto de apoio sobre o qual Robespierre apontava os inimigos da República, inicialmente residia no que ele denunciava como uma ampla conspiração das coroas estrangeiras, as conspirações e libelos animados por agentes secretos ocultos entre os próprios patriotas alardeava para um problema talvez ainda mais grave, a falta de um norte comum entre os próprios agentes revolucionários, a luta pela posse do discurso existia desde o começo da revolução, a necessidade de definir novos dogmas e de pragmatizar o discurso moralista dos filósofos do século XVIII convergia com a fremente necessidade de domar os acontecimentos no “aqui e no agora”.

A crítica aos “ultrarradicais” e “moderantistas” também escondia uma sutil crítica ao ateísmo: “os barões democratas são irmãos dos marqueses de Coblenz, e por vezes os gorros vermelhos estão mais vizinhos dos saltos vermelhos⁵ do que se supõe.” (ROBESPIERRE, 1999, pág. 132) A personificação do “barão democrata” do qual o Incorruptível faz referência se trata de Anacharchis Cloutz, e provavelmente era ele mesmo o alvo que Robespierre queria atingir quando disse essas palavras, este barão prussiano autoproclamado “orador do gênero humano” era um firme adepto do Culto da Razão de Hébert, iguais a ele havia aos montes na nobreza européia, e muitos foram os nobres que mergulharam no processo de descristianização.

Se para Robespierre as virtudes republicanas eram “simples, modestas, pobres, frequentemente ignorantes e grosseiras,” a antítese dessas virtudes

⁵ No original, *talons rouges*, ou seja, os cortesãos que usavam o salto vermelho, sinal de nobreza.

obviamente só podia figurar entre a facção inimiga, mesmo que grande parte dos discursos hebertistas fossem grosseiros, até pornográficos, o que imperava entre eles eram os vícios da aristocracia, essas virtudes e vícios serão definidas com maior clareza por Robespierre no próximo discurso que iremos analisar, porém neste já se encontram seus contornos conceituais, contornos esses que já configuram em realidade política, uma vez que serão usados para justificar a proposta de uma lei que dará rapidez ao processo de julgamento e condenação de generais e banqueiros estrangeiros.

No momento em que Robespierre emitiu esse discurso, entre os revolucionários havia surgido duas tendências religiosas conflitantes, o ateísmo e o deísmo, essas duas tendências atingiram o epítome na fase final do Terror, até que a corrente ateísta triunfa sobre os deístas através com a Convenção Termidoriana que, por fim, realizaria a separação de fato entre estado e Igreja no 3 de Ventoso do ano III (21 de fevereiro de 1795). Conforme essas tendências ateístas e deístas se separavam mais e mais em razão dos massacres promovidos pelos comissários políticos enviados pela Convenção por toda a França, Robespierre começou a enfatizar a crença na divindade como uma característica republicana, mostrando assim sua filiação ao campo deísta.

Convencionamos chamar de “religiosa” a tendência ateísta porque dela partiu a criação de dois cultos revolucionários importantes, a Teofilantropia, criada durante o Diretório por Revelliere-Lepeaux, e o Culto à Razão de Hébert, tanto a Teofilantropia quanto o culto a Razão se tratam de criações intelectuais ligadas a uma visão materialista de mundo que negava a existência de qualquer entidade supranatural criadora ou ordenadora, diferentes do Culto ao Ser Supremo instituído por Robespierre que afirmava a existência de um Criador e ordenador do Universo.

Poderíamos chamar de antropocêntrica a fé que circundava os meios intelectuais ateus da revolução, uma vez que depositava uma confiança inabalável na perfectibilidade do homem e na imutabilidade da razão, a descrença em uma divindade criadora não era sinônimo de falta de divindade, o depositário dessa divindade seria o próprio homem em virtude de sua Razão.

4.2 Sobre os princípios de moral e política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República

É tempo de marcar nitidamente o objetivo da Revolução, e o ponto ao qual desejamos chegar; é tempo de nós mesmos nos darmos conta não só dos obstáculos que ainda nos afastam desse objetivo, como também dos meios que devemos adotar para atingi-los; (ROBESPIERRE, 1999, pág. 141)

Discursos políticos não tem a intenção de serem tratados filosóficos, são discursos de interjeição, seus fins são a obtenção de apoio popular, a intimidação de inimigos, a exasperação de adeptos, o apontamento de alvos políticos objetivos e produzir algum efeito nos acontecimentos momentâneos que beneficie sua causa ou prejudique a dos inimigos. Não devemos analisar este discurso de Robespierre esperando nele encontrar uma complexa teoria “moral” em si, no sentido do debate filosófico em torno do conceito. O que pretendemos encontrar são elementos de religiosidade que se manifestam no enunciado de forma ambígua ou sutil, para tanto, é forçoso que analisemos o que é dito nas “entrelinhas”. Se tomarmos a concepção aristotélica de “paradigma”, como explica Ian Hacking na introdução do livro “A Estrutura das Revoluções Científicas” de Thomas Kuhn, e assumirmos que existem crenças compartilhadas entre o orador e a plateia manifestadas nas premissas subjacentes que residem por trás dos argumentos enunciados, podemos partir dos argumentos dados por Robespierre para chegar ao “paradigma” do seu meio, ou seja, chegar no conjunto de crenças que todos os presentes na Convenção nacional compartilhavam no momento em que o discurso era proferido. Ao seguirmos tal caminho, buscamos encontrar o elo que ligava os discursos de Robespierre e os pensamentos filosóficos que jaziam nas mentes dos representantes do povo que o escutavam, dessa forma, se encontrarmos elementos de religião em Robespierre, podemos encontrá-los também no seio dos representantes eleitos do povo.

O discurso foi lido em 5 de fevereiro de 1794, a Lei dos Suspeitos, que previa a prisão e condenação dos suspeitos de conspirar contra a pátria tinha sido aprovada 5 meses antes, muitos líderes revolucionários importantes, como

Danton, Desmoulins e o próprio Jacques Hébert serão condenados nos meses seguintes. Os acontecimentos que se desenrolam nesse período são de grande importância para o debate entre crença e razão na Revolução Francesa. As características “saturninas” da Revolução como devoradora dos seus próprios filhos começaram a se manifestar nos massacres que se cometiam contra os revolucionários em nome da própria revolução, um abismo se abria entre as correntes “teístas” e “deístas” e o discurso que Robespierre proferiu foi fulcral para a ridicularização das posições de seus inimigos e exasperação de seus adeptos.

Na introdução do seu discurso, Robespierre anuncia a Convenção a regeneração operada na representação nacional, derivada do expurgo dos girondinos entre maio e junho de 1793, mas que ainda faltavam princípios claros de conduta para os membros que haviam restado na Assembleia:

Uma mudança súbita no destino da Nação anunciou à Europa a *regeneração* (sublinhagem nossa) que se operara na representação nacional. Mas até esse exato momento em que falo, é preciso convir que fomos mais guiados, em circunstâncias tão tempestuosas, pelo amor do bem e pelo sentimento das necessidades da pátria do que por uma teoria exata e por regras precisas de conduta, que nem sequer tivemos tempo de traçar. (ROBESPIERRE, 1999, pág. 141)

A palavra “regeneração” é a chave para entendermos a formação do ideal de “homem novo” dentro da Revolução Francesa, a ideia de regeneração, ainda que ambígua, é dotada de grande peso escatológico e simbólico para todos os revolucionários franceses. Ela é posta em voga pelos panfletos incendiários “*Lettres du Tiers-Etat à Monsieur Necker*” e do “*Credo du Tiers Etat*”, cuja influência será sentida nos *cahiers de doléances* (cadernos de queixas) que os súditos franceses foram convidados a preencher pelo rei Luís XVI na véspera da convocação dos Estados Gerais. Prodigaliza-se, assim, o uso da palavra “regeneração” para se referir aos acontecimentos novos que prometiam reformar todas as esferas da vida pública. Inicialmente, ela era aplicada em um sentido mais ameno, falava-se de regeneração da administração, da ordem pública, do Estado, da França. Posteriormente, porém, a palavra “regeneração” será aplicada a genitivos mais amplos, da sociedade, da moral e do próprio homem, alargando-se até mesmo para o campo teológico, um exemplo disso é o mote “regeneração de Jesus Cristo” que surgiu nos círculos da Igreja Constitucional

formada após a Lei Civil do Clero de 1791, Lamourette, futuramente arcebispo constitucional de Lyon, diria que a Revolução, tal como Cristo, operou mudanças não apenas na lei e nos costumes, mas no coração dos homens.

Mona Ozouf (1988) identificou uma problemática nessa tendência presente nos discursos revolucionários, dividindo-os em duas correntes, a do “prodígio,” que encarava o momento revolucionário em si como manifestação dessa regeneração já operada nas mentes e no coração do povo, a outra corrente, a “negativista”, encarava a regeneração como um processo lento, a ser conseguida *após* a Revolução, que deveria ser conseguida não apenas na esfera política, mas na intimidade de cada indivíduo, essa corrente defendia o expurgo, lento e gradual, de toda a obra do passado internalizada no íntimo de cada indivíduo, existia uma necessidade de apagar tudo que pertencia ao antigo regime; o feudalismo, o despotismo e o clericalismo, por intermédio das numerosas instituições revolucionárias; daí a mudança radical no espaço geográfico através dos departamentos, no tempo cronológico através do novo calendário, na nomenclatura das coisas, na toponímia e o mais importante, no sistema de ensino e nas festas cívicas.

Robespierre, neste discurso, demonstra filiação à vertente “negativista”, a regeneração é um processo lento, um objetivo que deverá ser alcançado através de longo e metódico esforço, começando por expurgar os elementos duvidosos dentro da própria assembleia:

Qual é a meta que visamos? O gozo pacífico da liberdade e da igualdade; o reinado dessa justiça eterna, cujas leis foram gravadas, não sobre o mármore ou sobre a pedra, mas nos corações de todos os homens, mesmo naquele do escravo que as esquece, e do tirano que as nega.(ROBESPIERRE, 1999, pág. 143)

A ideia de que existe um instinto de liberdade, igualdade e justiça eternas dentro de cada ser humano é outro ponto fulcral no iluminismo, é o corolário da ideia de direitos humanos no pensamento revolucionário do século XVIII. Em “A Invenção dos Direitos Humanos” (2007) a historiadora Lynn Hunt comenta sobre o “paradoxo da auto evidência” na nascente concepção jurídica de dignidade da pessoa humana do século XVIII. Tal paradoxo consiste na ideia de que, se são auto evidentes, não há a necessidade de se proclamá-los, e se existem nos “corações de todos os homens”, por que precisam ser declarados? No final do

século XVIII essas máximas eram fatos indiscutíveis (pelo menos na França) de tal forma que não podiam ser questionados, essa auto evidência se baseava

principalmente em um apelo emocional, ele era convincente se ressoava dentro de cada indivíduo, como diz Lynn Hunt:

Os direitos humanos não são apenas uma doutrina formulada em documentos: baseiam-se numa disposição em relação às outras pessoas, em um conjunto de convicções sobre como são as pessoas e como elas distinguem o certo e o errado no mundo secular.(HUNT, 2009, pág. 25)

Robespierre, assim como todos ao seu entorno, acreditava na universalidade da dignidade da pessoa humana, ainda que os meios práticos para se estabelecer essa dignidade em dispositivos jurídicos concretos fosse o terror.

A regeneração da sociedade, empreendida com o propósito de reaver esses “esquecidos” instintos divinos enclausurados dentro do homem é o objetivo de toda a virtude revolucionária, a emancipação política é retratada como uma faceta de uma grande luta cósmica que visa “resgatar” ou “recuperar” o homem para o seu estado de natureza primevo. Para elucidarmos melhor essa questão, tomemos o exemplo de como o tema da pedagogia era tratada entre os deputados, ela terá grande importância para esse projeto regenerativo, porém a rápida sucessão de acontecimentos não permitirá que os revolucionários entrem em concordância sobre um programa pedagógico único para a educação moral e cívica do povo. Dentre todos os documentos educacionais que visavam a reforma educacional na França, do relatório de Condorcet aos projetos de Lanthenas, Romme e o póstumo relatório de Le Peletier, defendiam que o propósito da educação era a regeneração, seja do indivíduo ou da coletividade nacional. No projeto de Condorcet, as escolas não deveriam ser eternas, mas que tivessem uma vida finita que durassem até o ponto em que o homem já estivesse regenerado e não precisasse mais do aporte das escolas, essas visões demonstravam que, para os revolucionários, a criança não era meramente uma tábula rasa passível apenas de ser ensinada e doutrinada em novos ideais e uma nova moral, mas um ser detentor de um conhecimento inerente, apenas necessitado que fosse “despertado” e, uma vez desperto, não haveria mais a necessidade de qualquer instituição de ensino, a eternidade da natureza humana fundamenta nesse caso a evocação de um futuro escatológico que se revelaria na culminância de todas as potencialidades desse “homem novo.”

O projeto pedagógico que Robespierre defendia era o de Le Peletier, firmemente inspirado no modelo espartano, seu projeto se caracterizava pela defesa de uma forte disciplina coercitiva, a regeneração deveria ser promovida através de um internato onde o aluno deveria ser submetido a uma série de obrigações que tomassem todo o seu tempo, e todas as suas ações deveriam ser orientadas por regras que abarcasse todas as esferas de sua existência, do comer até o dormir. Mas o que tudo isso tem haver com religião?

Mais uma vez retomamos a explicação de Linda Woodhead (2011) sobre os cinco conceitos de religião, quando a autora define a ideia de religião como

identidade e criadora de laços comunitários, ela expõe a tradicional concepção de Émile Durkheim, segundo o qual:

[...] religião e sociedade são inseparáveis. A religião é o lugar onde uma sociedade mantém uma imagem de si mesma, reafirma suas ligações, renova seus laços emocionais, traça suas fronteiras e transforma a si mesma em um ser. Na famosa definição de Durkheim, a religião decreta as “crenças e práticas” relacionadas ao que é sagrado e “segregam”, unindo assim a uma “única comunidade” àqueles que as adotam.(tradução nossa)⁶ (WOODHEAD, 2011, 128)

Se tomarmos essa concepção de religião, as estruturas revolucionárias criadas por Robespierre e pela maior parte dos revolucionários jacobinos ao longo de toda a revolução francesa, podem ser consideradas produtos de uma fé religiosa. Os seus agentes promoviam, consciente ou inconscientemente, uma série de criações e ações que visavam regenerar o homem e fazer valer a materialização da filosofia das luzes que tinha por fio condutor o princípio da eternidade da natureza humana.

Robespierre continua:

Desejamos, em uma palavra, satisfazer os anseios da natureza, realizar os destinos da humanidade, *cumprir as promessas da filosofia*,(grafia nossa) absolver a providência pelo longo reinado do crime e da tirania. Que a França, outrora ilustre entre os países escravos, eclipsando a glória de todos os povos livres que existiram, se torne o modelo das nações, o terror dos opressores, o consolo dos oprimidos, o ornamento do universo; e que, selando nossa obra com nosso sangue, possamos ver ao menos brilhar a aurora da felicidade universal... Eis nossa ambição, eis nossa meta (ROBESPIERRE, 1999, pág. 144)

Sobre a parte de “cumprir as promessas da filosofia,” devemos abrir um parênteses para comentar que ainda é bastante discutida a ideia de a Revolução Francesa ser de fato a materializadora da filosofia das luzes no campo da política. Roger Chartier, citado por Daniel Gomes de Carvalho no livro "Revolução Francesa" (2022) afirma que o iluminismo não foi a causadora da Revolução Francesa, pelo contrário, a Revolução Francesa, ao selecionar e dar uma falsa coerência a um conjunto de autores, “inventou” o iluminismo como seu

⁶ For Durkheim(2001), religion and society are inseparable. Religion is the place where a society holds up an image of itself, reaffirms its bonds, renews its emotional ties, marks its boundaries, sets itself apart and so brings itself into being. In Durkheim’s famous definition, religion names the ‘beliefs and practices’ relative to what is sacred and ‘set apart’ which unite into a ‘single community’ those who adhere to them.

precursor. A verdade é que grande parte dos *philosophes* (filósofos) teria se contentado com uma monarquia à *inglesa*, isto é, com um regime constitucional que garantisse relativa liberdade e igualdade diante da lei, portanto se considerarmos a política constitucional, republicana e popular como reflexos da filosofia das luzes, a materialização histórica dos ideais fundamentados exclusivamente nos escritos dos filósofos, estaríamos incorrendo em um equívoco histórico se não considerarmos todas as correntes históricas que argumentam em contrário.

Robespierre não tinha a intenção de sintetizar a filosofia de sua época em princípios políticos: “No sistema da Revolução Francesa, o que é imoral é impolítico, o que é corruptor é contra-revolucionário [...]” (ROBESPIERRE, 1999, pág. 146) Nesse discurso ele mostra seu escândalo às manifestações hostis promovidas pelos comissários políticos no interior em relação às crenças religiosas, dizendo que suas ações eram nocivas para a causa da revolução e que se tratavam de uma prática contra-revolucionária, “Pregar o ateísmo não é mais do que um modo de absolver a superstição e de acusar a filosofia; e a guerra declarada à divindade não é mais do que uma diversão em favor da realeza (*Ibidem*, pág. 155)[...]”

Outro produto importante do ensejo revolucionário criador de novas formas de enlaçamento social e formação de ritos foi o calendário republicano, ao introduzir uma nova cronometragem baseada nas intempéries da natureza, os revolucionários visavam à racionalização do tempo e, o mais importante, a substituição do modelo cristão de cronometragem representado pelo calendário gregoriano, ao substituir o sistema de contagem de anos iniciado com o nascimento de Jesus Cristo, e inaugurar o ano I da Liberdade em 1792, cria-se um vínculo conceitual com a pedagogia revolucionária voltada para o princípio da “regeneração”, uma vez que a simbologia marcada pela “ruptura”, manifestada também no discurso pedagógico, se valia de alguns gestos teatrais bem característicos, tais como o cair do véu e a demolição simbólica de uma bastilha de papelão.

Robespierre finaliza o discurso conclamando que ele seja divulgado para todos os patriotas, os aspectos religiosos intrínsecos no discurso de Robespierre aqui demonstrados serão melhor apresentados no discurso que ele dará em um

momento crítico de sua autoridade política, a situação na província (interior) e nos distritos era crítica, e agora ele resolvia apelar para os sentimentos religiosos e morais do povo, sempre, é claro, imprimindo suas visões particulares sobre a ideia de divindade, influenciada pelo deísmo de Rousseau.

4.3 Sobre as relações das ideias religiosas e morais com os princípios republicanos

A partir do que constatamos sobre o discurso, constatamos que Robespierre vai se valer de argumentos pautados por uma doutrina religiosa elaborada por ele e, com isso, tentará apelar aos sentimentos morais do povo em defesa do que acreditava ser o caminho correto para a revolução e a república francesa recém estabelecida.

É 7 de maio de 1794, Hébert não está mais entre os vivos “[...] *le traître est puni, Hébert n’es plus*”⁷, foi decapitado em 27 de março de 1794 junto com outros 40 chamados “hebertistas”, a máquina posta em movimento por sua rede de jornais e panfletos incendiários havia criado um problema enorme para os representantes eleitos da nação. Os *sans-culottes*, sob o comando do presidente da comuna Chaumette e o prefeito Pache, ambos hebertistas e agentes da descristianização na França, tinham cercado a Convenção em setembro de 1793 e exigido o cumprimento dos seguintes pontos: a criação de um exército revolucionário, a prisão dos suspeitos e o expurgo dos comitês revolucionários, esse evento desencarilhou a formação da Lei dos Suspeitos que, por fim, deu ao Comitê de Salvação Pública poderes enormes de julgar e condenar culpados, este órgão criado em 6 de abril com o propósito de manter todo o poder executivo e gerir a máquina de guerra contra os países coligados contra a França, acabou impondo à França uma verdadeira ditadura de guerra (RICHET, 1988, pág. 384) pode-se dizer que o golpe de setembro foi um tiro pela culatra, uma vez que os membros do Comitê de Salvação Pública se valeriam dos poderes

⁷ O traidor foi punido, Hébert não é mais. (TURBAT, Pierre, 1794) tradução nossa.

plenipotenciários conseguidos pela Lei dos Suspeitos para massacrar os próprios agitadores na capital que tinham liderado o levante.

Fazia cerca de um ano que Paris era assaltada por uma data de pequenos líderes revolucionários sem nenhuma relação com os homens de 1789, após a queda da monarquia os convencionais Montanheses (a ala esquerda da Convenção, maioria dos quais jacobinos, pertencendo ao grupo que comandou os destinos da França após os expurgos dos girondinos em maio-junho de 1793) estavam agora sendo alvos eles próprios dos folhetins incendiários e do opróbrio popular, eram acusados de serem “os novos brissotinos”, para usar uma terminologia de Jacques Hébert: “Por que motivo, *foutre*, certos Montanheses de nova safra, que latiam como cachorrinhos há alguns meses no meio dos sapos do brejo, também não são considerados suspeitos?” (HÉBERT, *apud* RICHET, 1989, pág. 384)

A crise de alimentos e bens de subsistência, entretanto, continuará após o golpe de setembro, muitos padeiros e lojistas tinham sido mortos por multidões enfurecidas entre fevereiro e setembro de 1793, e os hebertistas começaram a planejar uma nova insurreição de *sans-culottes*, a Convenção será mais ágil e iniciará um processo contra todos os seus instigadores, Robespierre os intitulará de “ultra-revolucionários” e se aliará a Danton para combatê-los, o processo do mês germinal resultará na condenação à guilhotina o editor do jornal *Père Duchesne*, Hébert, juntamente com outros revolucionários; Momoro, Ronsin, Vincent e demais conspiradores estrangeiros.

Devemos ter em conta todos esses acontecimentos se quisermos compreender este discurso em específico;

O vício e a virtude fazem os destinos da Terra, são duas inclinações opostas que a disputam. A fonte de uma e de outra está nas paixões do homem. Segundo a direção que é dada às suas paixões, o homem eleva-se aos céus ou afunda em abismos lamacentos [...] O fundamento único da sociedade civil é a moral (ROBESPIERRE, 1999, pág. 167)

Quando Robespierre estabelece a moral como fundamento único da sociedade civil, ele estava buscando aporte nos ensinamentos de Rousseau para lançar uma condenação aos distúrbios populares incitados pelos agitadores parisienses.

Hébert e seus cúmplices invocaram a soberania do povo para degolar a Convenção Nacional e aniquilar o governo republicano. Brissot e os girondinos quiseram armar os ricos contra o povo; a facção de Hébert, protegendo a aristocracia, adulava o povo para que este se oprimisse por si mesmo. (ROBESPIERRE, 1999, pág. 170)

Nesse discurso ele coloca Danton e Hébert no mesmo patamar de criminosos a soldo dos aristocratas e das potências estrangeiras, o primeiro seria representante da “ala moderantista” enquanto o segundo dos “ultra-revolucionários”, dessa forma, tanto Danton quanto Hébert não passavam de oportunistas, sobre o primeiro, ele fala “[...] indulgente com todos os crimes, ligado a todos os complôs, prometendo aos celerados sua proteção, aos patriotas sua fidelidade [...] transigia com Brissot, correspondia-se com Ronsin, encorajava Hébert [...]”(ROBESPIERRE, 1999, pág. 170) sobre Hébert, disse que “fazia da Revolução, um tráfico; o povo, um instrumento; a pátria, uma presa.”(*Ibidem*, pág. 170)

As partes mais importantes do discurso, para compreendermos o que defendia Robespierre em termos religiosos, será transcrito a seguir, é importante salientar como Robespierre sempre tratava a crença na divindade como um fator necessário para o bem estar público, a existência de Deus, para Robespierre, era uma verdade a ser defendida em virtude de sua utilidade para o enrijecimento da moral e das virtudes cívicas que ele pensava serem os corolários do sistema republicano:

Os mesmos velhacos que haviam invocado a soberania do povo para degolar a Convenção Nacional alegaram o ódio da superstição para nos dar a guerra civil e o ateísmo.

O que desejavam aqueles que, no seio das conspirações que nos cercavam, em meio aos embaraços de uma tal guerra, no momento em que as tochas da discórdia civil fumegavam ainda, atacaram de repente todos os cultos com a violência, para se erigir eles mesmos em apóstolos fogosos do nada e em missionários fanáticos do ateísmo? [...] Seria o amor à pátria? A pátria já lhes infligiu o suplício dos traidores. Seria o ódio dos padres? Os padres eram seus amigos. Seria o horror ao fanatismo? Era o único meio de lhe fornecer armas. Seria o desejo de apressar o triunfo da razão? Mas não paravam de ultrajá-la com violências absurdas, e com extravagâncias concertadas para torná-la odiosa; pareciam relegá-la aos templos apenas para bani-la da República [...](ROBESPIERRE, 1999, pág. 173)

Em que se consistia o culto à Razão? Afinal, a Razão era vista literalmente como uma “deusa” pelos seus adeptos? Se olharmos para a palavra “deusa” de

forma preconceituosa e imaginarmos se tratar de uma entidade sobrenatural dotada de vontades, desejos e que atua no mundo material segundo seus caprichos, não. E por que Robespierre trata seus adeptos como defensores de uma “doutrina árida” de uma “força cega”? Se assumirmos uma definição bem iluminista da razão enquanto princípio norteador do universo, podemos dizer que sim.

Como descreve Michel Volvelle no capítulo “Da Razão ao Ser Supremo” do livro “A Revolução Francesa contra a Igreja, da Razão ao Ser Supremo” (1988) o culto a Razão teve uma origem ambígua; é marcado pela sua espontaneidade tanto quanto por sua imposição, sua formação pode ser traçada nas reações populares aos festivais cívicos que os próprios agentes governamentais haviam criado para celebrar seus novos heróis, as vitórias militares e as personalidades políticas, como por exemplo, as festas para os mártires da Liberdade, que desembocou no culto dos heróis revolucionários, se tratava de um fenômeno orgânico, resultado de uma transbordação do entusiasmo geral com o impulso inicial dado pelas festas cívicas. Sendo assim, o “Culto a Razão” é o nome que se dá a um coletivo de eventos vinculados à promoção dos festivais cívicos que se ligavam através do princípio de que estavam todos “cultuando a deusa Razão” embora o plural “cultos” também seja usado por Volvelle ao descrever esse movimento, uma vez que nas cartas endereçadas a Convenção que demonstravam sua filiação ou entusiasmo, existissem uma variedade de textos onde a palavra “deusa Razão” era conjurada com a mesma intencionalidade e o mesmo teor sacro que “Liberdade,” “Natureza” ou até mesmo o próprio “Ser Supremo”. A “cosmologia” desses cultos, se é que podemos chamar assim, tinha as feições de um panteão com diversas entidades que personificavam “A Liberdade”, a “Natureza”, a “Pátria” e até mesmo o “Ser Supremo,” sempre, é claro, centrados na figura feminina da Razão.

Ainda que obscenos e burlescos, tais eventos espontâneos acabavam tomando contornos cerimoniais que buscavam reproduzir, de forma zombeteira, os rituais católicos. Foram abertos templos, celebrados cultos e festas. Considerando o caráter parcialmente espontâneo do movimento, seus festivais não eram realizados de forma equânime, já que existiam diferenças pontuais que

dependiam muito da atmosfera política, da data e da região geográfica em que ele era realizado. Comum a todas essas manifestações era o forte teor teatral dos festivais cívicos, se tornou característica nessas apresentações por exemplo, a figura do burro tonsurado com a mitra sacerdotal e as bebidas sendo servidas para o povo em cálices antes consagrados ao sangue de Cristo.

Consultais apenas o bem da pátria e os interesses da humanidade. Toda instituição, toda doutrina que consola e eleva as almas deve ser acolhida; rejeitai todas as que tendem a degradá-las e corrompê-las. [...] Quem, pois, te deu a missão de anunciar ao povo que a Divindade não existe - oh, tu, que te apaixonas por essa árida doutrina e nunca te apaixonaste pela pátria? Que vantagem encontras em persuadir o homem de que uma força cega preside seus destinos e golpeia ao acaso o crime e a virtude; que sua alma não passa de um sopro ligeiro que se extingue às portas do túmulo?(ROBESPIERRE, 1999, pág. 174)

Sobre a relação com a descristianização e a crise moral existente na Convenção Nacional e na elite política dos representantes eleitos do povo, cabe pontuar alguns atos que foram cometidos em seu nome, citando apenas um exemplo mais famoso: quando Joseph Fouché, na condição de comissário político selecionado para restabelecer a ordem em Nièvre e Lyon pregou, na entrada dos cemitérios, a inscrição “A morte é um sono eterno”. Para Robespierre, tal manifestação radical significava ateísmo.

[...] a idéia de seu aniquilamento lhe inspirará sentimentos mais puros e mais elevados que a de sua imortalidade? Inspirar-lhe-á mais respeito por seus semelhantes e por si mesmo, mais dedicação à pátria, mais audácia para enfrentar a tirania, mais desprezo pela morte ou pela volúpia? Vós, que pranteais um amigo virtuoso, gostais de pensar que a mais bela parte dele mesmo escapou à morte! Vós, que chorais sobre o esquife de um filho ou de uma esposa, por acaso vos sentis consolados por aquele que vos diz que deles não resta mais que uma vil poeira? Infelizes que expirais sob os golpes de um assassino, vosso suspiro é um apelo à justiça eterna! A inocência no cadafalso faz empalidecer o tirano em seu carro de triunfo; teria ela esse poder, se o túmulo igualasse o opressor e o oprimido? Infeliz sofista! (ROBESPIERRE, 1999, 174)

Aqui, por trás do forte apelo emocional, Robespierre está condenando o ateísmo e sua manifestação através dos diversos cultos cívicos amparados pelos defensores da “deusa Razão”, coletivamente chamados “hebertistas” pela historiografia clássica (Mona Ozouf, 1988, pág. 596) afirmando que esta visão de mundo que não concebia a existência de uma entidade que separasse os bons dos maus era incongruente com os princípios republicanos da justiça eterna

e da virtude, mas será que essa visão está correta? Michel Volvelle contabilizou 984 mensagens que afluíram para a Convenção nacional no espírito descristianizador, e dessas mensagens, 27% envolviam diretamente o culto a Razão, muitas das quais afirmavam lealdade aos princípios republicanos e seu compromisso com a moral pública e os ideais republicanos. A crítica de Robespierre tem procedência apenas se tomada em consideração a subjetividade filosófica e não a objetividade do que de fato estava acontecendo, ao analisarmos o contexto da guerra facciosa que imperava em Paris naquele momento, onde os maiores adeptos do culto à Razão estavam causando problemas sérios aos representantes da Convenção, aí as palavras de Robespierre assumem um sentido diferente e prático.

[...] Ora! Como não seriam verdades essas idéias?(a da existência de Deus) Ao menos, não concebo como a natureza poderia ter sugerido ao homem ficções mais úteis que todas as realidades; e se a existência de deus, se a imortalidade da alma não passassem de sonhos, ainda assim seriam a mais bela de todas as concepções do espírito humano. [...] Aos olhos do legislador, tudo o que é útil ao mundo e bom na prática é a verdade [...] (ROBESPIERRE, 1999, pág. 175)

Jean Jacques Rousseau havia dito no VII capítulo do livro II do Contrato Social que seriam necessários deuses para dar leis aos homens (ROUSSEAU, 2008, pág. 48) Robespierre aqui demonstra que sua filiação à ideia da existência da divindade subordina-se a utilidade que a ideia de Deus tem para a manutenção de uma verdadeira República “[...] aos olhos do legislador, tudo o que é útil ao mundo e bom na prática é a verdade [...]”(ROBESPIERRE, 1999, pág.175) ao mesmo tempo que emite um pronome apassivador “se” denotando que a existência ou não de deus não é o que está em jogo no debate político, mas a *ideia* de deus para o sustento da Revolução.

[...] Licurgo e Sólon recorreram à autoridade dos oráculos, e o próprio Sócrates, para acreditar a verdade entre seus concidadãos, julgou-se obrigado a persuadi-los de que esta lhe era inspirada por um gênio familiar[...] Há muita distância entre Sócrates e Chaumette, entre Leônidas e o Padre Duchesne [...] (ROBESPIERRE, 1999, pág. 176)

Aqui jaz a importância de Rousseau para a formação da mentalidade religiosa de Robespierre, assim como o filósofo genebrino, o Incorruptível encarava a história da cristianização da Europa com pesar, lamentava que a

religião cristã tivesse dividido as autoridades políticas das religiosas, pois isso teria dividido o sentimento de lealdade do homem europeu em duas esferas, entre o poder temporal e o poder espiritual. Enquanto na maior parte da história da humanidade os homens eram guiados por reis-deuses (segundo Rousseau), o cristianismo gerou uma ruptura filosófica que acabou destruindo a autoridade do estado enquanto entidade aplicadora do bem, da justiça e da moral na realidade. Conforme explica Mathiez (1904) a própria noção defendida pela Igreja Católica de que “o mundo é um vale de lágrimas” e que o alcance da felicidade nesse plano é impossível era essencialmente oposta às idéias que

começavam a enxergar o homem como arquiteto do próprio destino e promotor da felicidade na terra.

A crítica ao fanatismo em Robespierre reside filosoficamente no prejuízo que a religião causava à humanidade ao impor entraves à utilização do estado enquanto instrumento aplicador da felicidade na Terra, a crítica ao catolicismo em específico, deriva-se a legitimação histórica que esta religião deu ao poder despótico do rei. Ele discorre mais sobre essas questões e emite uma série de impropérios e exortações, lança invectivas contra os ateus e, por fim, propõe a proclamação de um decreto oficial com XV artigos, dos quais previam a criação de determinados dias comemorativos em honra à palavras de imperativo moral, tais como a Verdade, a Frugalidade, à Ternura Materna, entre outras. Os mais importantes desses artigos são o I e II, que impõem a crença do Ser Supremo e seu culto a toda a França, no XV artigo, impõe-se que se realize um festival em honra ao Ser Supremo, cujo dia será o 20 do prairial. Ele termina, assim, impondo a crença em uma divindade no plano revolucionário deslegitimando as correntes ateístas presentes no discurso de seus rivais políticos.

4.4 Discursos de Jacques Hébert.

No dia 21 de frimário do ano II, Hébert foi convocado ao clube dos jacobinos para prestar contas acerca de suas ideias religiosas. Um jacobino lhe perguntou por que ele atacou o deputado Leveaux quando este falou a favor de um Ser Supremo. Após ser acusado de ateísmo, Montaut, um de seus adeptos, argumentou que, quando Leveaux falou da divindade, parecia estar falando de si mesmo, e que a intenção não era atacar Leveaux, já que este podia acreditar no que quisesse. Ademais, o que Hébert havia dito, o povo já tinha feito, rasgado as batinas, as casulas e demais trajes religiosos (BRUNET, 1859, pág, 33). Após isso, Hébert se defende dos ataques:

[...] É meu dever repelir a ideia que algumas pessoas tentam imputar a mim; Sou acusado de ateísmo, nego formalmente tal acusação, quanto às opiniões religiosas que sou acusado de expor em meus jornais, nego formalmente esses fatos e declaro que prego aos habitantes do campo para que leiam sempre o Evangelho. Este livro moral me parece excelente, é seguindo as suas máximas que se transforma em um jacobino perfeito. Cristo, ao meu ver, é o fundador das sociedades populares [...] (HÉBERT, *apud* BRUNET, 1859, pág. 34, tradução nossa)⁸

Entre agosto de 1792 e junho de 1793 os girondinos, a facção mais moderada da Revolução, dominavam a Convenção. A junção de diversos acontecimentos que envolviam desde a guerra internacional, a guerra civil, a perda das colônias e o açambarcamento de bens por parte de alguns comerciantes, faziam com que a falta sazonal de víveres fundamentais, como o pão, açúcar, manteiga, sabão e couro se tornasse algo corriqueiro. A carestia convidava os *sans culottes* a se valerem da violência contra as autoridades constituídas, com os preços dos gêneros se tornando insuportáveis devido sua escassez, a fome grassava e a única alternativa viável para sanar seu sofrimento era a revolta. Essa massa volátil se tornava então em instrumento de terror, mas também de oportunidades, principalmente para os membros da pequena burguesia alfabetizada que capturavam a onda de descontentamento e acabavam se tornando vetores, até mesmo instigadores, da fúria popular. Entre os panfletos que circulavam naqueles tempos se destacam o “*Ami du peuple*” de Jean Paul Marat e o “*Père Duchesne*” de Jacques Hébert, embora o primeiro seja mais famoso, o segundo chegou a um número de impressões bem maior, principalmente após a morte de Marat, chegando na casa das centenas de milhares (OLIVEIRA, 2002, pág. 155).

No dia 24 de maio do segundo ano da República (1793) Hébert foi aprisionado pelo Comitê dos Doze em decorrência de algumas invectivas que o mesmo havia lançado contra a Convenção, solto no dia 27, ele descreveu a manobra de aprisionamento em um panfleto no qual expunha a conversa que supostamente teve com o agente da *gendarmérie*⁹ encarregado de o interrogar, e terminou por conclamar todos os *sans culottes* a um novo levante:

⁸ « Il est de mon devoir de « repousser l'idée qu'on s'efforce de donner de moi; on m'accuse d'athéisme, je nie formelle ment l'accusation . Quant aux opinions religieuses que l'on m'accuse d'avoir mises dans mon journal, je nie formellement le fait, et je déclare que je prêche aux habitants des cam « pagnes de

lire l'Évangile. Ce livre de morale a me parait excellent, et il faut en suivre toutes les maximes pour être un parfait Jacobin . Le Christ me semble le fondateur des sociétés populaires . »

⁹ Oficial do corpo de gendarmes, responsável pelas funções policiais na França.

[...] Bravos Sans-Culottes, saiam todos de suas sessões, exijam ruidosamente a abolição desta comissão de inquisição, que quer destruir a Convenção praticando em seu nome os atos mais tirânicos. Ontem à noite, os presidentes e secretários da seção da Prefeitura foram arrancados dos braços de suas esposas. Um deles é comissário nacional do tribunal do sexto *arrondissement* e não poderá comparecer à reunião de hoje. Assim, vedes que o curso da justiça é interrompido, que a magistratura é degradada, que a soberania do povo é ultrajada e ignorada, que todos os poderes são usurpados, que se elaboram listas de proscricções, que não há mais liberdade individual, que a liberdade da imprensa e das opiniões são aniquiladas. O que vocês eram antes de 14 de julho, o que vocês são hoje? (J R HEBERT, 1794, pág. 1 tradução nossa) ¹⁰

O título com o qual Hébert batizou seu jornal, “*Père Duchesne*” já era conhecido entre os franceses, segundo escreve Denis Richet (1988, pág. 380) na obra que fez em colaboração com François Furet e Mona Ozouf, esse nome pertencia a uma figura da cultura popular muito comum nos pequenos teatros de rua que se realizavam desde o final do século XVIII, o tradicional *Père Duchesne* era um personagem retratado como um velho de grandes bigodes, longo cachimbo e dotado de uma personalidade rabugenta e macambúzia. O folhetim de Hébert encontraria popularidade primeiramente como colunista no jornal de Tremblay. Graças a diversas polêmicas envolvendo a forma como se referia a rainha e aos membros da família real em seu jornal, ele ganha ascendência, notável pelo seu anticlericalismo, uma polêmica envolvendo a questão religiosa desencadeada pela condenação do Papa Pio VI a declaração de direitos merece ser colocada aqui, na edição nº44 de 1790, o jornal apareceu com o título: “O Papa que vá para a porra”. Hébert fala no seguinte tom:

[...]Quem ele pensa que somos, aquele bastardo de um vendedor de indulgências? Ele acha que com seu papel higiênico - suas bulas - seus canhões sem espoleta, e toda a trovoada e de idiotices com as quais ele colocava para dormir ou assustava nossos pais, porra, ele ainda acredita que manda na França hoje? Não estamos mais no tempo do rei Dagoberto, e hoje não somos mais tão burros a ponto comprar os perdões outrora traficados em séculos passados, nem para nos incomodarmos por uma interdição que o bispo de Roma invoca contra o reino. Para o inferno com eles; não deixaremos que nos façam de tolos através desses padres filhos da puta. Suas confissões, seus purgatórios, suas absolvições, suas indulgências não servem para nada a não ser para os tolos. A intitulada chave de São Pedro, com a qual o Papa proclama ter aberto as portas do grande salão do pai eterno, agora nos parece nada mais do que uma chave mestra que o pontífice latino usa para arrombar nossas casas e nossos cofres para tomar aquilo que nos pertence [...]” ((Le Père Duchesne, No 44; HÉBERT, Jacques, translated by ABIDOR, Mitchell, 2004, tradução nossa) ¹¹

Antes do *Père Duchesne* de Hébert, outras folhas com esse nome tinham surgido desde 1789, após ter superado os outros “*Père Duchesnes*” e ganhando ascendência sobre o público *sans culotte*, ele se tornaria num grande agitador político, principalmente após a morte de Marat em julho de 1793, o que o elevaria na condição de “continuador da obra do Amigo do Povo”. Realmente, ele falara que Marat se comunicara com ele em sonhos em uma de suas edições do *Père Duchesne*:

[...] Na última noite eu vi ele em um sonho: sua ferida ainda estava sangrando, porra. Ante sua visão, eu chorei. Amigo do povo, gritei, é você? Sim, bom Père Duchesne, é Marat que vem dos mortos para falar com você, porque - porra - o amor pela liberdade me segue até mesmo além da tumba. Satisfeito por ter perdido minha vida pela república, minha única lembrança de arrependimento é por não tê-la visto se libertar, antes da minha morte, de todos os canalhas que rasgam seu peito. Père Duchesne, você deve fazer aquilo que eu não consegui. Você me seguiu na revolução; como eu, consagrastes tua vida para a defesa dos direitos do povo [...] (Le Père Duchesne, No 264; HÉBERT, Jacques, translated by ABIDOR, Mitchell, 2004, pág. 1 tradução nossa)

¹²

O poder que Jacques Hébert exerceu nos acontecimentos da Revolução

¹⁰ Braves Sans-Culottes, ralliez-vous tous dans vos sections. demandez à grands cris l’abolition de ce comité d’inquisition, qui veut lui même détruire la convention en exerçant en son nom des actes les plus tyranniques. Dans la nuit dernière, les présidentes et secrétaires de la section de la Cité ont été arrachés des bras de leurs épouses. L’un d’eux est commissaire national du tribunal du sixième arrondissement et ne pourra assister à l’audience de ce jour. Ainsi donc, vous voyez que le cours de la justice est interrompu, que la magistrature est avilie, que la souveraineté du peuple est outragée et méconnue, que tous les pouvoirs sont usurpés, que des listes de proscriptions sont dressées, qu’il n’existe plus de liberté individuelle, que celle de la presse et des opinions est anéantie. Qu’étiez-vous avant le 14 Julliet, qu’êtes-vous aujourd’hui?

¹¹“ Who does he take us for, that bastard of an indulgence seller? Does he think that with his toilet paper – his bulls – his cannons without primers, and all the thunder and idiocies with which he put to sleep or scared our fathers, fuck, does he still believe he leads the French of today? We’re no longer in the time of King Dagobert, and today we’re no longer such dupes as to buy the pardons that priests trafficked in in past centuries, nor to be upset by an interdiction that the bishop of Rome will cast upon the Kingdom. The hell with them; we won’t let ourselves be fooled by those sons-of-bitches of priests. Their confessions, their purgatory, their absolutions, their indulgences are nothing but feed for the foolish. The so-called keys of St. Peter, with which the Pope’s criers once opened the doors to the great salon of the eternal father, now seem to us to be nothing but skeleton keys with which the Latin pontiff wants to pry open our houses and our coffers so as to take what we own.”

¹²“Last night I saw him in a dream: his wound was still bleeding, dammit. Upon seeing it I cried. Friend of the people, I shouted, is it you? Yes, good Père Duchesne, it’s Marat who comes from the dead to talk with you, because- dammit — the love of freedom pursues me even beyond the grave. Content to have lost my life for my republic, there only remains to me the regret of not having seen it delivered, before my death, from all the scoundrels who tear away at its breast. Père Duchesne, you must do what I couldn’t

Francesa se deram mais em virtude de sua posição como formador da opinião pública do que na condição de detentor de algum cargo público, de fato, ele foi nomeado substituto do procurador geral da comuna após a queda da monarquia, porém seu poder verdadeiro residia em sua palavra.

No início, o anticlericalismo de seu periódico não significava necessariamente um anti-cristianismo, muito menos tinha alguma intenção deliberadamente ateísta. A construção do personagem “*Père Duchesne*” será feita lentamente, ele será moldado segundo os momentos de crise política que seu autor vivenciará. Jacques Hébert era homem de opiniões fortes, porém vacilantes, ele mudou de opinião em relação a aplicação do *máximo* (tabelamento de preços sobre produtos essenciais), que inicialmente era contra, mas depois de setembro de 1793, após as revoltas do sabão, se tornou favorável e passou a defender a política dos seus antigos rivais *enragés*¹³, pouco após tê-los denunciado e provocado sua condenação. Na questão religiosa, ele também titubearia e, no final, se retrataria de suas declarações em matéria religiosa.

Os cultos formados em torno da Razão são indissociáveis do movimento descristianizador, que se potencializou após a Convenção ser assaltada por uma multidão influenciada pelos *cordelières* com o levante em setembro de 1793, ela se viu forçada a adotar algumas medidas consideradas essenciais para o triunfo da Revolução, como a formação dos exércitos revolucionários, a imposição do *máximo* e a aplicação da Lei do Terror. Após o Comitê de Salvação Pública ter sido renovado com dois novos membros *cordelières*, expedições foram lançadas no interior tendo por objetivo combater o federalismo e impor a ordem, cerca de 150 agentes foram nomeados nesse propósito, o problema é que muitos desses agentes “exageraram” nos seus empreendimentos descristianizadores, fazendo deles verdadeiros massacres, e muitos, quando foram convidados a se acalmarem, principalmente após o decreto da Liberdade Religiosa ter sido efetivado em 18 de fevereiro, simplesmente ignoraram as ordens do poder central.

do. You closely followed me in the revolution; like me you consecrated your life to the defense of the rights of the people.”

¹³ Os *Enragés*, ou “furiosos” correspondiam a um movimento surgido na Revolução Francesa caracterizado por sua radicalização extrema, eles defendiam a imposição do máximo (tabelamento de preços) a criação do exército revolucionário e a coletivização dos bens privados, responsáveis pelos levantes do sabão entre fevereiro e setembro de 1793, o próprio Jacques Hébert foi contrário às suas ideias antes de seus principais líderes, Varlet, Leclerc e Roux terem sido mortos. (RICHET, 1988, pág 353)

Robespierre viu nesses acontecimentos do interior um indício de que grande parte do movimento anti-federalista nas províncias estava comprometido em uma causa obscura em prol da desmoralização da revolução, cuja cabeça era Hébert.

Após Varlet (substituto do ministro da guerra) ter firmado um contrato com Hébert para o fornecimento de edições do *Père Duchesne* ao exército revolucionário em campanha, ele se converteu em um dos grandes influenciadores ideológicos do exército, suas edições eram lidas principalmente nos destacamentos do norte. Havia mais de 7 milhões e meio de jornais circulando entre os mais de 750 mil soldados da República Francesa no auge da crise de 1793, e destes, cerca de 400 mil eram edições do *Père Duchesne*. Segundo Alan Forrest (1988, pág. 564) algumas células “Hébertistas” e de “*Enragés*” chegavam a se formar nas fileiras militares, muitas das quais compunham militantes radicais que chegaram a impor suas visões políticas em muitas cidades do norte, como Lille e Cambrai.

A compilação feita por M. Charles Brunet (1859) das epígrafes e títulos de todas as edições impressas do *Père Duchesne* lançam luz sobre a influência que Hébert exercia no pensamento *sans culotte* e na radicalização da violência revolucionária:

GRANDE VIAGEM DO PÈRE DUCHESNE COM O PAPA NO
PARAÍSO;

A Grande Ira do Pai Eterno, de Deus Filho e do Espírito Santo, contra o Santo Padre que foi corretamente repreendido por todos os Anjos, Arcanjos e Querubins, por ter intencionado operar uma contra-revolução na França.

Com detalhe para todas as honrarias que, ao mesmo tempo, foram prestadas ao Père Duchesne e seu grande júbilo ao lado dos Santos e dos Beatos. (edição nº53, tradução nossa)

CONDENAÇÃO DE MORTE DE TODOS OS TIRANOS, OU A
DECLARAÇÃO DE GUERRA DO PÈRE DUCHESNE;

À François o último, rei da Hungria e Bohêmia e a todos os devoradores de homens, seus colegas. Sua partida a frente do exército de *sans-culottes* para foder todos os aristocratas e austríacos (edição nº126, tradução nossa)

A GRANDE IRA DO PÈRE DUCHESNE;

“Dando o golpe de misericórdia nos carolas, mostrando a todos os tolos que eles prejudicaram, os seus truques e seus supostos milagres. Sua

grande alegria ao ver os bravos *sans-culottes* das cidades e dos campos desenterrar os tesouros e mais tesouros das igrejas, para colocá-los em seu lugar a estátua da Liberdade (edição nº307, tradução nossa)

A GRANDE ALEGRIA DO PÉRE DUCHESNE;

Vemos que os hipócritas são forçados a se esconder nos porões rezando seus pais nossos, seus *oremus* e engolem o queijo de que os franceses não querem mais outro Deus senão a Liberdade. Suas orações e lamentações provam que seu bom Deus é um *sans-culotte*, visto que ele não lança seus raios para exterminar aqueles que não creem mais nas suas histórias da carochinha (edição nº309, tradução nossa)

Foram 355 edições no total, a conclusão que defendemos sobre o papel que Hébert e o *Père Duchesne* desempenhou no processo revolucionário é de que suas falas acompanhavam o devir histórico, a inconstância e incerteza acarretadas pela rapidez com que se desdobravam os acontecimentos militares e políticos, a fúria das camadas mais baixas da sociedade serviam como potencializadores desses discursos.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primário desta pesquisa se consistia em confirmar ou invalidar a dicotomia presente entre as ideias de razão e crença, tendo por base os discursos dos revolucionários que foram os criadores e instigadores de modelos totalmente novos de “cultos” em relação ao que já tinha surgido antes deles em matéria de religião. Ao que nos parece, seus discursos eram eivados por uma forma nova de fanatismo, ainda que desconhecido pelos próprios adeptos e instigadores. O fanatismo ideológico começa a dar seus primeiros passos na história do ocidente, ainda que a existência de uma divindade estivesse presente nos discursos de uma parcela significativa dos seus enunciadores, para Hébert e seus adeptos, os princípios que davam consistência ao seu culto eram divorciados de toda e qualquer “metafísica” e apenas personificavam qualidades antropomórficas totalmente anti-transcendentais, depositando no homem todas as capacidades para realizar plenamente a felicidade na terra.

Ademais, o debate sobre o que é religião ainda não está fechado, como Linda Woodhead discorre no seu artigo explicando cinco conceitos diferentes totalmente válidos de religião, se concordarmos com Durkheim, a religião pode

ser interpretada como um mero sistema de relações sociais baseada nos símbolos e na sua “forma” mais do que no seu conteúdo místico propriamente dito, Albert Mathiez utiliza essa definição para validar os cultos revolucionários como manifestações legitimamente religiosas, mas o fato de existirem diversas outras definições de religião, coloca em questionamento sua preposição.

Concordamos que a Revolução Francesa ainda permanece um tema inesgotável para a historiografia, ao escolhermos recortar e analisar apenas alguns discursos de Hébert e Robespierre damos um esboço de como os princípios iluministas podiam ser aplicados na realidade política de formas tão diferentes e antagônicas. Tal recorte também não nos permite compreender toda a multiplicidade de pensamentos presentes nos mais diversos agentes revolucionários, para fazer tal varredura conceitual e perscrutar detalhadamente os conceitos de Razão e Crença neste momento histórico, seria necessário muito mais tempo e esforço, o que ultrapassa os objetivos singelos de uma Iniciação Científica.

FONTES

- **ROBESPIERRE**, Maximilien. “*Sobre os princípios do Governo Revolucionário.*” Discursos e Relatórios Na Convenção Nacional, UERJ, Contraponto. Tradução de **F. MARTINS**, Maria Helena. 1999. p. 192.

- **ROBESPIERRE**, Maximilien. “*Sobre os princípios de moral e política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República.*” *Ibidem.* p. 141.

- **ROBESPIERRE**, Maximilien. “*Sobre as relações das ideias religiosas e morais com os princípios republicanos.*” *Ibidem.* p. 163.

- **HEBERT**, Jacques. “*La Grand Colere du Père Duschesne*” *Je sui le veritable Père Duschesne, foutre!* 1793.

- **HEBERT**, Jacques. “*substitut procureur de la Commune a ses concitoyens. Paris, l’Imprimerie de la rue neuve de l’Égalité, Cour des Miracles;*” 1794. encontrado em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54181499.r=Jacques%20Hebert?rk=21459;2>

- **HEBERT**, Jacques. “*Le Père Duchesne n°44*” translated by ABIDOR, Mitchel “*Fuck the Pope*” 2004.

- **HEBERT**, Jacques. “*Le Père Duchesne n°264*” translated by ABIDOR, Mitchel “*The Great Joy of Père Duchesne*” 2004.

REFERÊNCIAS

BRUNET, Charles M. **LE PÈRE DUCHESNE D'HÉBERT OU NOTICE HISTORIQUE ET BIBLIOGRAPHIQUE SUR CE JOURNAL PUBLIÉ PENDANT LES ANNÉES 1790 , 1791 , 1792 , 1793 ET 1794.** Paris, Livrarie de France, 1859.

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo.** Editora da Unicamp. 1992.

COBBAN, Alfred. **A Interpretação Social da Revolução Francesa**. Gradiva. 1964.

COPLESTON, Frederick S. J. **A History of Philosophy, vol. III**. Image Books. 1993.

FURET, François. Buchez, in **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Nova Fronteira. 1988.

_____. **História Universitária da Revolução. *Ibidem***.

GAUCHET, Marciel. **Germaine de Staël. História Universitária da Revolução**. in **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Nova Fronteira. 1988.

GUENIFFEY, Patrice. **Robespierre**. In **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Nova Fronteira. 1988.

HACKING, Ian. in **A Estrutura das Revoluções Científicas**. KUHN, Thomas, 2013. pág 34. Câmara Brasileira do Livro. 2017.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**. Companhia das Letras. 2009.

MANIN, Bernard. Rousseau. In **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. 1988.

MARIE-AROUET, François. Dicionário Filosófico. In **Os Pensadores, Voltaire, Vida e Obra**. Tradução de CHAUI, Marilena de Souza. 1978.

MATHIEZ, Albert. **L'origines des Cultes Revolutionnaires**. 1904.

MATRAT, Jean. **Robespierre, o Incorruptível**. Editora Nova Fronteira. 1986.

MICHELET, Jules. **O Julgamento de Luís XVI**. Observatório de Políticas Sociais IMES. 2004.

_____. **A História da Revolução Francesa. Da Queda da Bastilha a Festa da Federação**. Tomos I, II e III. Companhia das Letras. 1989.

NAY, Olivier. **História das Ideias Políticas**. Editora Vozes. 2004.

OLIVEIRA, João Machado de. **Jacques-René Hébert (o jornalista do Père Duchesne) e o processo da Revolução**. *Revista de História (USP)*. 2002.

OZOUF, Mona. Voltaire. In **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Nova Fronteira. 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Tradução de Ana Resende. Martin Claret. 2013.

STAROBINSKY, Jean. **Emblems of Reason**. 1988.

STÄEL, Germaine. **Considerations on the Principal Events of the French Revolution**. Aurelian.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Antigo regime e a Revolução**. Editora UnB 1997.

VOLVELLE, Michel. **A Revolução Contra a Igreja, da Razão ao Ser Supremo**. Jorge Zahar Editor. 1989.

WOODHEAD, Linda. **Five concepts of religion**. *International Review of Sociology*. 2011. pag 121 – 143.

ANEXOS



CARTA DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO AO CEP OU CEUA

À

COORDENADORIA DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USC

Informo que não é necessária a submissão do projeto de pesquisa intitulado "O conflito entre a Crença e a Razão: Maximilien Robespierre e Jacques Hébert na Revolução Francesa (1793 a 1794)" ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) ou à Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) devido ser uma pesquisa que utilizará documentos públicos que se encontram em bibliografias.

Atenciosamente,



Nome do Docente

Bauri, 03/04/2021
